Reagrupamento Revolucionário

Ano IV | Quarto trimestre de 2014 | Nº07

A esquerda oportunista rejeita a independência de classe

Os comunistas e as eleições de 2014

Reproduzimos a seguir a declaração eleitoral do Reagrupamento Revolucionário, originalmente publicada em nosso site/blog, e que apresenta nossa posição nos dois turnos. Apesar de as eleições já terem ocorrido, essa declaração possui análises que retém importância para experiências futuras, além de conter críticas importantes à forma de atuação eleitoral de certas correntes da esquerda.

Pedro Abreu, setembro de 2014.

Estamos nas vésperas das eleições burguesas no Brasil. A televisão, o rádio, os jornais, a internet e as ruas são tomadas por propaganda de diversos candidatos, todos prometendo ser a salvação do povo. Como revolucionários não temos ilusões nas possibilidades de reformar a democracia dos ricos ou tornar o capitalismo mais humano. Politicamente, nós do **Reagrupamento Revolucionário** nos encontramos em oposição ao governo de colaboração de classes encabeçado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), mas também vamos além, nos colocando em irredutível oposição ao Estado dos patrões, que é uma ditadura de classe da burguesia contra os trabalhadores e pobres. Defendemos portanto a derrubada desse estado pela classe trabalhadora, organizada em volta de um partido revolucionário.

Por outro lado, não somos cegos perante as possibilidades de propaganda que o parlamento e as eleições burguesas oferecem aos revolucionários. Candidatos revolucionários são capazes de aumentar em muito a visibilidade do programa que defendem e expor a causa revolucionária às massas trabalhadoras. Se eleitos para cargos no legislativo, são capazes de usar os seus mandatos para apoiar as lutas do proletariado, além de gozar de contínua visibilidade, que pode e deve ser revertido para a construção do partido entre as massas.

Infelizmente o Reagrupamento Revolucionário ainda é pequeno demais para investir em uma campanha eleitoral própria. Portanto, no presente momento, nosso

foco é intervir nesse processo através de polêmicas com as demais forças na esquerda, a fim de expor suas contradições e dialogar com a vanguarda a partir de um programa revolucionário.

PSTU, PSOL e independência de classe

Um fenômeno que se repete em toda eleição é a colaboração de classes dentro da esquerda. O Grupo Zaffari, quinta maior cadeia de supermercados do Brasil, "doou" R$ 30 mil para a campanha de Roberto Robaina a governador do Rio Grande do Sul e R$15 mil a campanha à presidência de Luciana Genro, ambos da corrente MES do **PSOL** (que corriqueiramente recebe doações eleitorais do tipo). Essa verba, apesar de pequena se comparada às grandes candidaturas, é apenas uma expressão da disposição do PSOL de governar em colaboração com os patrões, o que desmente o discurso de sua candidata a presidente. Além disso, em diversos outros estados, correntes do PSOL – principalmente como a Unidade Socialista de Ivan Valente, que dirige o partido nacionalmente – se aliaram a partidos burgueses (DEM, PV, PSDB, PMN), como a candidatura de Heloísa Helena em Alagoas, que tem apoio tucano.

Quem paga a banda escolhe a música, e se corporações doam dinheiro para uma campanha, é porque estão fazendo um *investimento* e esperam ter seus interesses defendidos. **Como marxistas, acreditamos que não se pode conciliar os interesses dos trabalhadores com os dos patrões e repudiamos qualquer candidatura que não possua independência *financeira e organizativa (e, portanto, política)* em relação à burguesia.** Para nós isso é o mais básico dos critérios e, como a candidatura de Genro e de outras correntes locais do PSOL não são capazes de respeitá-lo, sequer vale a pena (ao menos na presente declaração) entrar nos pormenores dos programas limitados e reformistas que defendem. Como nós, o **PSTU** também denunciou essa posição sem princípios de Genro e do PSOL:

> "As eleições começaram e o PSOL recebeu R$ 50 mil do Grupo Zaffari. Esse valor financia diretamente a campanha à presidência de Luciana Genro (R$ 15.000,00) e a campanha a governador de Roberto Robaina no Rio Grande do Sul (R$ 30.000,00). Tragicamente, essa não é uma história nova. O PT trilhou esse caminho e vimos no que deu. O PT começou aceitando dinheiro da burguesia e com o tempo foi se adaptando e mudando o discurso até mudar de lado.
>
> "O PSTU não aceita recursos de empresas porque queremos manter nosso compromisso com os trabalhadores e a nossa independência em relação aos patrões. Só assim a campanha eleitoral da esquerda socialista poderá cumprir a sua tarefa de contribuir para o avanço da luta da nossa classe para acabar com toda forma de exploração e opressão dos trabalhadores e trabalhadoras."
>
> ***-- PSOL-RS recebe R$ 50 mil do Grupo Zaffari.*** Disponível em: http://www.pstu.org.br/node/20882

Mas os centristas não se preocupam com a coerência. No mesmo texto aonde atacam a colaboração de classes do PSOL, admitem:

> "O PSTU e o PSOL fecharam um acordo eleitoral no Rio Grande do Sul formando a Frente de Esquerda nas eleições do estado. Estivemos nas ruas apoiando as mobilizações de junho de 2013 e, mesmo com nossas diferenças programáticas, fechamos um acordo para construir uma alternativa de oposição de esquerda ao governo Tarso Genro (PT) baseada na formação de uma candidatura independente, dos trabalhadores e que representasse, nas eleições, as pautas levadas para as ruas e não resolvidas em junho."

De fato o PSTU e o PSOL ainda estão coligados no Rio Grande do Sul, mesmo após a fingida surpresa em relação às doações recebidas pela chapa. Assim, ao contrário do que dizem os morenistas do PSTU, essa candidatura não é nem independente e nem dos trabalhadores, portanto é incapaz de representar as pautas das lutas de junho e do proletariado em geral. Dessa forma, o PSTU repete a vergonhosa participação em uma chapa de colaboração de classes, como já havia feito em 2012 em Belém, tudo em prol de uma aliança programática com correntes reformistas e de uma política de oportunismo eleitoreiro **[1]**.

Diferentemente do PSOL, que possui várias correntes distintas (apesar de o grosso delas chamar voto no colaboracionismo de Genro) o PSTU é um partido centralizado, portando não podemos encarar essa "frente de esquerda" que recebe dinheiro de patrão como um caso isolado de um diretório regional do partido ou de uma corrente em específico. **Se o PSTU está disposto a participar de uma frente como essa, legitimando e efetivamente auxiliando a colaboração de classes do MES/PSOL, não**

Índice

Reagrupamento Revolucionário

Blog temporário: reagrupamento-rr.blogspot.com
Site (com seção em português): regroupment.org

Rio de Janeiro: Cx. Postal 50048 - RJ, 20050-971
reagrupamento.revolucionario@gmail.com
Nova York: P.O. Box 542 - Brooklyn, NY, 11204
revolutionary_regroupment@yahoo.com

podemos oferecer qualquer apoio aos candidatos desse partido nessas eleições em nenhum lugar do país. Fazer isso seria legitimar sua traição à independência de classe.

Apoiaríamos em certas circunstâncias a campanha do PSTU nestas eleições apenas mediante um rompimento seu com as candidaturas do PSOL. Dessa forma, ainda que não de maneira revolucionária, a campanha do PSTU mereceria um voto de protesto dos trabalhadores contra os patrões. Mas nas atuais condições, esse partido sequer defende a independência de classe de forma coerente. Nós do RR, portanto, não apoiaremos nem essa candidatura e nem a candidatura de Luciana Genro ou qualquer outra candidatura que tenha participação da burguesia.

A posição eleitoral incoerente da LER

A LER (Liga Estratégia Revolucionária), apesar de fazer críticas muito semelhantes às nossas ao oportunismo do PSTU, não leva tais críticas às últimas consequências, e declarou voto nas candidaturas desse partido onde não estiver coligado com o PSOL (ou com o PCB) **[2]**. Rejeitamos o argumento "técnico" levantado pela LER, de que deve-se votar no PSTU nas partes do país em que ele não está coligado com o PSOL sob a premissa de que o único motivo para não se votar no PSTU no Rio Grande do Sul ou em São Paulo é o risco de que os votos possam ir para candidatos do PSOL (devido à legislação eleitoral brasileira sobre as coalizões partidárias) e que, onde não é o caso, apoia-se uma candidatura dos trabalhadores. Nessas eleições, o PSTU não representa uma candidatura independente dos trabalhadores, uma vez que suas alianças em SP, RS e outros estados partem da direção nacional que centraliza o partido como um todo.

Adicionando mais incoerência à sua posição, a LER alega que não é possível um voto crítico em outras candidaturas da esquerda como a do PCO, por conta de suas constantes capitulações ao governismo, nem no PCB, por ter participado de uma chapa de colaboração de classes no Macapá em 2012 e por apoiar Assad na Síria**.** Deve-se perguntar o que torna o PSTU melhor que tais partidos, uma vez que em 2012 também participou de uma chapa colaboracionista em Belém e está repetindo a dose atualmente. Além disso, ao longo de toda a "Primavera Árabe", o PSTU tem apoiado grupos pró-imperialistas, tendo chegado ao absurdo de defender uma "unidade de ação" com os bombardeios da OTAN na Líbia e de apoiar os rebeldes que configuraram então as tropas terrestres do imperialismo no país. Os critérios da LER claramente não se sustentam e sua posição parece muito mais guiada pelo hábito de se aproximar de grupos centristas maiores **[3]**. A tática de voto crítico foi usada pela Quarta Internacional e pela Internacional Comunista como uma forma de se aproximar da base de um partido reformista ou centrista apontando a armadilha de seu programa de colaboração de classes e (caso este tivesse chances de ser eleito) denunciando a traição que cometeriam uma vez no poder. Mas um critério fundamental para um "voto crítico" era que os grupos os quais se estava apoiando não estivessem em aliança com a burguesia e que suas campanhas tivessem um caráter de classe proletário, mesmo que distorcido por suas políticas oportunistas. Se a LER fosse coerente com esses critérios, não apoiaria a candidatura do PSTU nas atuais eleições.

As campanhas do PCB e do PCO

Consideramos que um voto nas candidaturas de **Mauro Iasi (PCB)** ou de **Rui Pimenta (PCO)** à presidência não vai contra os princípios da independência de classe, diferente das candidaturas do PSTU e do PSOL**.** Apesar de seus oportunismos na arena da luta de classes, esses dois partidos têm feito campanhas que se pautam por um discurso classista e pela denúncia do capitalismo, expressando assim, mesmo que *distorcidamente*, os interesses da sua base social sem estarem envolvidos com frentes que recebem dinheiro de empresas ou que apoiam candidatos burgueses (segundo checamos, as alianças regionais do PCB com o PSOL são com correntes que não estão envolvidas nas chapas colaboracionistas do MES e da US). Apesar de não ser contra os princípios, nós não estamos empenhados numa campanha de voto crítico por essas candidaturas porque sua falta de peso e consequente viabilidade faz com que sejam muito mais ferramentas de propaganda e recrutamento para seus grupos específicos do que um potencial voto de classe mais amplo. Por esse motivo, também não consideramos um erro votar nulo nestas eleições.

Apesar de reconhecermos o caráter classista independente dessas candidaturas e concordarmos com alguns elementos de seus programas, não estamos em nenhum momento dando um voto de confiança nessas organizações. De fato ambos os partidos já cometeram inúmeros oportunismos no passado. Sua momentânea independência de classe não é fruto de coerência revolucionária e sim proveniente do fato que ambos são partidos sem expressão e pequena inserção orgânica na classe trabalhadora, situação essa que torna mais difícil a formação de alianças, sejam essas com outras organizações operárias ou com partidos burgueses.

O PCB tem dado um giro à esquerda nesses últimos anos, tendo abandonando parte da herança podre do estalinismo e atraído militantes muito diferentes entre si, incluindo até mesmos defensores do trotskismo. Mas está longe de possuir um programa correto. Esse partido mantém o costume da colaboração de classes, praticada através do apoio a vários governos burgueses ditos "progressistas" na América Latina, como o governo venezuelano de Nicolas Maduro e o governo Evo Morales. Sua campanha também vacila entre uma chamada pelo socialismo e outra pelo conceito abstrato e sem de caráter de classe de "poder popular", que segundo mostra seu apoio ao governo venezuelano, poderia significar um governo burguês com um discurso "radical". Outro exemplo gritante dos ziguezagues oportunistas do PCB foi o seu voto em Dilma no segundo turno de 2010 **[4]**.

O PCO por sua vez, conforme já denunciamos **[5]**,

é uma organização caricata que passou os últimos meses anunciando a vinda de um suposto golpe de Estado por parte da direita reacionária e minimizando a responsabilidade do PT nos seus ataques aos trabalhadores. Nessa linha de pensamento, chegaram a afirmar que o PT não governa de fato o país e acusar a direita, em aliança com o PSOL e o PSTU, de ter sido a grande responsável pela derrota da seleção brasileira na Copa do Mundo futebol de 2014! Como era de se esperar sua campanha tenta atacar o capitalismo sem atacar o PT, partido que administra o capitalismo no Brasil faz 12 anos.

Segundo turno e a conversa do "mal menor"

Realisticamente falando, nenhuma candidatura na esquerda tem chances reais de ganhar as eleições ou mesmo ir para um segundo turno. Os únicos três candidatos com chances de vencer são:

1. Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores – PT, atual presidente, representante da frente de colaboração de classes que hoje governa o país em prol do grande capital e do imperialismo. É responsável por inúmeros atentados contra a classe trabalhadora, como a repressão violenta às greves operárias que sacudiram o país nos últimos anos (COMPERJ, Pecém, Jirau, etc.), às manifestações de Junho de 2013 e à greve de 2012 das Universidades Federais. Entregou o Pré-Sal às potências imperialistas e todo seu governo é marcado pela condução de políticas no interesse dos grandes capitalistas, dando continuidade aos ataques da gestão Lula, que implementou a contrarreforma da previdência e a contrarreforma universitária, além de ter facilitado a precarização do trabalho através leis que incentivam a terceirização e manter o "tripé neoliberal" da era FHC (câmbio flutuante, superavit primário alto e regime de metas de inflação).

2. Aécio Neves do Partido da Social-Democracia Brasileira – PSDB, representando uma ala direita da burguesia brasileira, prega um neoliberalismo ao estilo do governo FHC, sem as migalhas do "social liberalismo" petista. Ganhou notoriedade após a apreensão de um helicóptero lotado de cocaína, ligado a um de seus principais aliados em Minas e por construir um aeroporto para valorizar as terras pertencentes a sua família nesse estado.

3. Marina Silva do Partido Socialista Brasileiro – PSB, ao qual se filiou porque não conseguiu fundar seu partido "Rede Sustentabilidade" e foi alçada à atual posição com a morte do ex-candidato Eduardo Campos. Está angariando o voto de muitos trabalhadores frustrados com o governo do PT com seu discurso de "nova política", mas além de ser uma figura ligada à bancada evangélica e contra os direitos dos LGBT e das mulheres, tem toda a sua campanha financiada e coordenada por grandes bancos e empresas. Em total contraste com seu discurso, as empresas que a financiam e muitos de seus secretários de campanha defendem o agronegócio violento e nada sustentável.

Diante desse quadro, muitos na esquerda defenderão que os trabalhadores votem em Dilma, temendo a famigerada "volta da direita". Deve-se lembrar a esses companheiros que o governo Dilma foi o que mais matou índios desde a ditadura, que fez menos reforma agrária até que o governo de FHC, que editou o "AI5 da Copa", armou as guardas municipais para que sejam mais eficazes na sua função de reprimir o proletariado, sobretudo os trabalhadores negros informais e que fez tantos outros ataques aos trabalhadores. **[7]** Uma grande parte da direita está inserida neste governo, de forma que é até cômico falar da "volta da direita", quando o PT está no poder com Sarney, Collor, Maluf etc.

O governo do PT não ficou atrás da direita: sua contrarreforma da previdência e o leilão do Pré-Sal são apenas exemplos de 12 anos de um governo que tira do trabalhador para dar ao patrão. Até as ditas "conquistas" da classe trabalhadora durante o governo petista, como o

Jean Wyllys e Marcelo Freixo chamando seus apoiadores a votarem em Dilma no segundo turno: a suposta "esquerda" do PSOL cumpriu papel vergonhoso ao capitular ao PT, após a campanha inteiramente reformista de Luciana Genro.

Bolsa Família, nada mais são que parte do seu projeto neoliberal, que necessita que o proletariado tenha uma renda mínima para consumir e continuar perpetuamente endividado.

Essencialmente, os fatores que supostamente tornam o PT um "mal menor" não devem ser entendidos sequer como um compromisso em "humanizar" o capitalismo através da fórmula fracassada de "Governo Popular e Democrático" (ocupar o Executivo e pressionar o Legislativo a partir da mobilização dos movimentos sociais). A gestão petista realizou algumas reformas (muito parciais e limitadas), mas que são apenas uma forma mais eficaz de gerir o capitalismo, evitando gerar caos social e resistência combativa em grande escala – ao que se combina ainda o seu controle burocrático sobre os sindicatos e demais organismos de luta.

O que alguns enxergam como um "reformismo" do PT é, na verdade, um programa de ataques *em longo prazo*, que visa destruir os serviços públicos e atacar as condições de vida da classe trabalhadora a partir de uma política de "contenção" da luta de classes, fazendo algumas concessões em curto prazo. Basta ver o caso da contrarreforma universitária: no curto prazo, o governo abriu as portas do ensino superior a uma parcela dos estudantes pobres, via expansão das vagas nas universidades públicas, bolsas nas privadas e cotas raciais (todas essas completamente aquém da demanda e sem que esses estudantes tenham os recursos para uma educação de qualidade). Mas em longo prazo, o mesmo governo destrói a educação pública, favorecendo os grandes monopólios que mercantilizam o ensino através da transferência de gigantescos recursos públicos – sendo ambos processos partes integrantes de um mesmo projeto liberal, mais "sofisticado" e "cauteloso" que aquele dos tucanos – e justamente por isso, ***capaz de melhor atender aos interesses de classe da burguesia e do imperialismo***.

Essas eleições estão vendo o desgaste total da política do PT, cujas "melhorias" extremamente limitadas começam a encontrar uma crescente insatisfação popular, que está tendo como um de seus efeitos colaterais lançar muitos trabalhadores nos braços da direita "renovada" de Marina Silva, que nesse momento aparece empatada com Dilma nas pesquisas de intenção de voto no segundo turno. A saída para essa situação está não no "voto útil" em Dilma, mas no aprofundamento das greves e mobilizações populares que não pararam de ocorrer no país desde o ano passado e que precisam ser orientadas por uma política combativa sem ilusões no governo e sem conciliação. Apenas assim será possível quebrar as ilusões em supostas vias alternativas que servem apenas ao interesses burgueses, ao mesmo tempo em que se combate os brutais ataques da gestão petista. **O destino dos trabalhadores não será resolvido nas urnas, mas nas greves e nas ruas.** Para o marxismo, o Estado burguês nada mais é que um gestor dos negócios dos patrões. Somente a luta dos trabalhadores produz vitórias reais e não a boa vontade da burguesia ou de seus governos! Dessa corja que polui nossas televisões a cada eleição o proletariado só pode esperar falsas promessas.

Como revolucionários, não buscaremos um "mal menor" no segundo turno nas eleições. Os três principais candidatos são representantes da burguesia e, portanto, não merecem nem um único grama de apoio. A única coisa que chamamos os trabalhadores a darem para essa corja é a promessa de que o seu governo será combatido pelo proletariado. Não legitimamos a ilusão da democracia burguesa falando para os trabalhadores votarem no carrasco menos cruel e por isso pregamos o **voto nulo** num possível segundo turno, acompanhado de muita mobilização e luta contra os patrões e seus diferentes candidatos a gestores dos futuros ataques a nossa classe.

NOTAS

[1] Ver nossa crítica em *A frente de Belém na lógica do morenismo*, disponível em: http://migre.me/mFbf6

[2] Ver *Nenhum voto na conciliação entre trabalhadores e patrões*, disponível em: http://migre.me/mFbg0

[3] Ver *Fração Trotskista (LER-QI) e sua ruptura incompleta com o morenismo*, disponível em: http://migre.me/mFbgg

[4] *Derrotar Serra nas urnas e depois Dilma nas ruas*, disponível em: http://migre.me/mFbgv

[5] Ver nossa polêmica em *Da histeria golpista à Copa do Mundo*, disponível em: http://migre.me/mFbh2

[6] Todos esses dados podem ser confirmados nos seguintes materiais:

- *Assassinatos de indígenas no Brasil crescem 269% nos governos Dilma e Lula*, disponível em: http://migre.me/mFbhf

- *Omissão do governo é a maior causa da violência contra os indígenas no Brasil*, disponível em: http://migre.me/mFbhA

- *Número de índios assassinados aumenta 168% nos governos Lula e Dilma, aponta jornal*, disponível em: http://migre.me/mFbhA

- *Com Dilma, reforma agrária cai em 2011 e tem a pior marca desde Fernando Henrique*, disponível em: http://migre.me/mFbhO

- *CUIDADO! PERIGO! O que são o AI-5 da Copa e o Plano de "Garantia da Lei de Ordem",* disponível em: http://migre.me/mFbiK

- *Sancionada lei que permite porte de arma de fogo por guardas municipais*, disponível em: http://migre.me/mFbiu

Da histeria golpista à Copa do Mundo

As capitulações do PCO ao governismo

Rodolfo Kaleb, julho de 2014.

A Nova Democracia

O Partido da Causa Operária (PCO) busca para si uma identidade de defensor de uma política revolucionária. Embora algumas vezes esse grupo faça críticas corretas a tendências oportunistas, essa autoimagem não passa de uma farsa, conforme demonstramos em uma polêmica escrita no ano passado, na qual expusemos sua capitulação de longa data às candidaturas eleitorais do PT, assim como seu paralelo nas formulações do Partido Obrero argentino, com o qual o PCO manteve relações por muitos anos. **[1]**

Tanto no Brasil, em relação às candidaturas formadas pelo PT a partir do fim da década de 1980, quanto internacionalmente (como, por exemplo, em relação à campanha de Evo Morales na Bolívia em 2005), o PCO possui um histórico nada "ortodoxo" de apoio velado a candidaturas burguesas. Dessa forma, ele se distancia drasticamente da posição revolucionária diante de um dos elementos essenciais do marxismo revolucionário de nossa época (e que Trotsky considerou a "questão das questões"), que é a necessidade de uma oposição intransigente ao papel da colaboração de classes em desarmar politicamente o proletariado para um enfrentamento com a classe dominante.

Recentemente, o PCO tem cometido capitulações e feito caracterizações oportunistas (e nada sutis) sobre o PT e o papel desse partido na luta de classes, do gênero:

> "Aqueles que atacam o governo fazendo coro com a direita está [sic] apenas contribuindo com a própria direita, semeando a confusão e desorientando as fileiras proletárias. A colaboração com a direita, nosso inimigo de classe, é o pior erro que um partido de esquerda pode cometer. É preciso compreender que ***o PT não é o inimigo, mas um obstáculo a ser superado*** pela classe operária na luta contra seus verdadeiros inimigos, os grandes capitalistas, os banqueiros e o imperialismo."
> **— *O inimigo é a direita, o problema é o PT*, 27 de agosto de 2013. Ênfase nossa. Disponível em: http://migre.me/mFcRv.**

O PCO está correto em denunciar aqueles que não diferenciam as denúncias pela esquerda dos discursos reacionários contra o PT (do tipo "contra a corrupção") e aplaudem as investidas direitistas contra o governo como se representassem alguma vantagem para os trabalhadores.

Mas ao mesmo tempo, comete uma gritante capitulação ao dizer que o PT "não é o inimigo" e que apenas atrapalha a luta contra a oposição de direita – que seria (esta sim) "nosso inimigo de classe". Isso cumpriria um nefasto papel de desorientar e confundir as fileiras proletárias se o PCO tivesse alguma influência relevante no cenário atual.

Se o inimigo do proletariado é a classe burguesa, "os grandes capitalistas, os banqueiros e o imperialismo", então o governo do PT certamente é também um ***inimigo***, pois congrega todos estes em seu seio, atuando como o escolhido da vez para melhor gerir e viabilizar seus interesses. Outro artigo do PCO afirma que o PT é de "esquerda" e "nacionalista":

> "Alguns chegam a contestar o caráter de esquerda do próprio PT, se ele não estaria completamente integrado ao sistema e seria já um partido da grande burguesia e do imperialismo. Que isso não é assim pode ser visto no fato de que o PT não apenas participa do bloco de países nacionalistas latino-americanos, como lidera o mesmo, a exemplo do Foro de São Paulo.

— Editorial *O PT e a direita*, 24 de julho de 2013. Disponível em: http://migre.me/mFcSz.

É verdade que o governo do PT e a oposição de direita são duas forças burguesas diferentes, que possuem conflitos entre si e não devem ser confundidas. Mas isso não quer dizer que ambos não incluam o que há de mais podre da burguesia e sejam absolutamente submissos aos imperialismos. O PCO pinta o PT com matizes que não tem nenhuma correspondência com a realidade – e ainda aproveita para estender tais cores aos pares latino-americanos.

O suposto caráter "nacionalista" do PT e a ideia de que ele "não estaria completamente integrado ao sistema" nada tem a ver com o governo que reúne Collor e José Sarney – um governo liderado por um partido que está há mais de uma década no poder como ponta de lança das investidas contra a classe trabalhadora, mantendo o país submisso ao capital internacional.

Em relação ao governo do PT, sequer pode ser invocado o "nacionalismo" dotado de certo teor de contradições com o imperialismo, ainda que extremamente parciais, pois esse é um dos governos mais entreguistas que o país já teve. O PT não só não expropriou nenhuma empresa internacional, como alguns caudilhos latino-americanos fizeram no passado para criar uma imagem de "anti-imperialistas", como, ao contrário, tem entregado de bandeja ao imperialismo as valiosas reservas naturais do país (como o pré-sal), rivalizando de perto com seus predecessores tucanos! **[2]**

É óbvio para qualquer militante sério que tanto a oposição de direita quanto o governo do PT são inimigos. Ambos reprimem o movimento dos trabalhadores, realizam ataques sociais contra a população e mantém o país submisso ao imperialismo, como o PCO sabe muito bem. Táticas diferentes podem e devem ser utilizadas no combate a essas duas forças, devido ao fato de que o governo, por exemplo, possui um controle burocrático sobre muitas organizações sindicais e populares. *Ou seja, as formas de desmascará-los podem ser até diferentes, mas ambos buscam realizar exatamente os mesmos ataques contra a classe trabalhadora e devem ser considerados inimigos mortais do proletariado.*

Nem por um minuto devemos perder de vista que o PT não é apenas um "obstáculo" burocrático, mas sim ***núcleo de um governo burguês***, que tem feito os maiores ataques contra os movimentos sociais e a esquerda na última década. Ao dizer que o PT "não é o inimigo" e que retém um caráter "de esquerda" e que não está "completamente integrado ao sistema", o PCO está minimizando o papel daquele como principal agente da burguesia brasileira (e indiretamente do imperialismo) nos últimos 12 anos.

O PCO e o alarmismo sobre um golpe da direita

As caracterizações embelezadas do PCO sobre o governo petista têm sido acompanhadas de uma análise nada sóbria do atual momento político nacional, e revelam toda uma histeria impressionista (e oportunista) dos líderes do grupo. Em meio às jornadas de lutas de 2013, vários grupos expressaram uma posição assustada de que havia um risco de golpe armado pela direita burguesa e outros setores reacionários. Na análise que publicamos na época acerca do ascenso de junho, nós já explicamos nossa posição sobre essa questão **[3]**.

Era central naquele momento não ceder ao alarmismo e sim intervir com uma política classista em oposição tanto aos elementos da direita que se infiltraram nos protestos como também aos governistas. Entretanto, na contramão do bom senso, o PCO foi a corrente que mais insistiu na perspectiva de que a situação apontava para um golpe. Segundo tal partido:

> "A ação de grupos de extrema-direita contra partidos de esquerda nas manifestações após a repressão do dia 13 de junho, a investida da direita contra o governo do PT e as tentativas de golpes ou golpes efetivos na América Latina e agora no Egito levantaram a discussão sobre a possibilidade de um golpe de Estado no Brasil. O PCO afirmou claramente que a situação aponta nesse sentido, enquanto as organizações da esquerda pequeno-burguesa insistem em que não há essa possibilidade."
>
> **— *Sobre o golpe de estado no Brasil*, 28 de julho de 2013. Disponível em: http://migre.me/mFcTF.**

Os revolucionários não aceitam o conto da carochinha de que vivemos em uma época inteiramente distinta do recente passado ditatorial, como apregoam os diferentes setores que apoiaram a transição controlada ao regime democrático-burguês – desde aqueles que contribuíram ativamente com a ditadura durante o período anterior à "distensão", quanto os dirigentes do PT, que de combatentes contra a ditadura passaram hoje a gestores do Estado burguês brasileiro.

Muitos dos aparatos de repressão da ditadura continuam operando sob outra fachada. Os torturadores e generais ficaram impunes e seus herdeiros seguem em postos de comando. A ditadura de classe da burguesia se manteve sob uma forma "democrática", fortalecida com os enormes ganhos de certas frações burguesas beneficiadas pelo golpe. Os ataques aos mais básicos direitos são constantes nas favelas e a repressão ilegal contra os direitos democráticos de manifestação, recorrentes. Além disso, desde uma perspectiva histórica, nada garante que as classes dominantes rejeitarão um novo golpe caso encarem necessário – afinal, já o fizeram mais de uma vez no século passado.

Mas a definição da ação política dos revolucionários deve se basear em análises concretas, não em meras suposições ou cenários hipotéticos, desligados de cuidadosa observação e intervenção que os sustentem. Uma tentativa de golpe contra o governo do PT só ocorreria caso esse governo não fosse mais capaz de manter domesticada a

enorme força do proletariado brasileiro e uma situação de radicalidade da classe trabalhadora se avizinhasse, gerando grande instabilidade política e econômica para a burguesia. Nesse caso, alas estratégicas da burguesia romperiam com o governo do PT e importantes dirigentes das forças armadas se colocariam abertamente em uma postura de desafio ou insubordinação a este.

Não há dúvidas de que há elementos da burguesia que desejam uma ditadura, mas esse é um tipo de regime extremamente custoso (em muitos aspectos) para o conjunto dos capitalistas, ao qual eles só recorrem quando a democracia burguesa não é lhes parece ser mais capaz de assegurar a ordem. O que determina se ocorrerão tentativas de estabelecer um regime ditatorial é quão sentida é essa necessidade pela burguesia e quão apoio ela possui das classes médias.

Tanto movimentações em direção a uma saída golpista quanto uma postura significativamente insubordinada por parte de cúpulas militares estiveram ***ausentes*** no último período. Os setores reacionários que apregoam abertamente a necessidade de uma "intervenção militar" permanecem pateticamente isolados. ***Efetivamente, o governo do PT segue tendo apoio da maior parte da classe dominante e também das potências imperialistas.*** Por exemplo, no encontro realizado por Dilma com prefeitos das capitais e governadores em 24 de junho, no auge das manifestações de 2013, a presidente recebeu apoio de todos os presentes, inclusive os representantes da oposição de direita **[4]**.

Esse foi um importante "voto de confiança" da maior parte da burguesia no governo do PT. Ao mesmo tempo, não houve até o momento nenhuma manifestação por parte de chefes das Forças Armadas de insatisfação ou rompimento com o governo. Um golpe não surge da vontade subjetiva de alguns reacionários: é um processo de polarização de forças de classe com interesses claros. Até o momento, esse movimento simplesmente não existiu. O grosso da classe dominante segue confiando ao governo do PT a tarefa de manter a ordem capitalista.

Levantar frequentemente o risco de um golpe quando isso não corresponde a uma realidade concreta desorienta a classe trabalhadora e desvia sua atenção das questões que estão de fato colocadas na ordem do dia. Um golpe de Estado não deve ser compreendido como algum tipo de processo sempre prestes a acontecer, mas sim como uma conjuntura na qual a classe trabalhadora deve adotar táticas de preparação para ações de resistência diante do primeiro sinal de ação dos golpistas. **[5]**

Agitar cotidianamente esse fantasma sem que haja justificação é, no mínimo, mostrar despreocupação sobre as tarefas imediatas do proletariado. Embora tenha crescido em função da onda de protestos de 2013, a ladainha dos líderes do PCO data de antes. Desde fins de 2012, o grupo já avaliava que o julgamento do mensalão era o prelúdio de um golpe contra o PT.

> "Ao conjugar o julgamento do 'mensalão', as denúncias de corrupção que procuram insistentemente envolver Lula e a própria presidenta Dilma Rousseff em um novo julgamento político, e a movimentação no Supremo para forçar a mão e tomar para si o poder de decidir sobre o Legislativo eleito pelo voto popular, somos levados à pergunta: ***o quê, na atual situação, nos separa de um golpe de Estado?***"
> **— *A ditadura do judiciário e a posição dos trabalhadores*, 15 de dezembro de 2012. Ênfase nossa. Disponível em: http://migre.me/mFdc4.**

Não pode haver dúvida sobre a intenção da oposição de direita no julgamento do mensalão de enfraquecer a gestão do PT e preparar terreno para seu retorno ao governo, aproveitando-se de um escândalo de corrupção muito semelhante ao que ela própria sempre realizou por trás dos panos. Mas seu interesse naquele momento era principalmente eleitoral, não golpista. Queria ganhar vantagem sobre seu principal concorrente eleitoral e por esse motivo armou todo o teatro. Confundir essa disputa sórdida com uma investida golpista exige um tanto de miopia política.

De novembro de 2012 para cá, não houve nenhum movimento significativo de polarização de setores da burguesia em prol da derrubada armada do governo petista. A forma com a qual os líderes do PCO falam sobre golpe de Estado lembra um pouco a história infantil *Pedrinho e o Lobo*. O partido levanta tão indefinidamente esse risco que já perdeu a noção sobre o significado de tal afirmação. Essa sempre foi uma mania difundida pelos petistas ou advogados do petismo (dos quais cada vez mais o PCO se aproxima): de que um golpe estaria *sempre* na ordem do dia, porque o PT jamais seria aceito pela classe dominante.

O PCO e os movimentos contra as injustiças da Copa

Recentemente, a capitulação do PCO ao governismo tem ganhado outras cores. Enquanto nas favelas do Rio de Janeiro moradores revoltados com a brutal repressão cotidiana dos aliados locais de Dilma e do PT se revoltavam aos gritos de "Não vai ter Copa", o PCO se perguntava "o que os trabalhadores têm a ganhar" com uma campanha contra os ataques deste governo às vésperas do início do evento. O PCO se colocou contra protestos realizados nas maiores capitais do Brasil contra as agressões dos governos envolvendo a preparação da Copa do Mundo de futebol porque, supostamente, eles estariam auxiliando uma "campanha golpista da direita":

> "O movimento operário e estudantil deve lutar por objetivos reais e não passar um semestre inteiro, até o início da Copa, atrás desta campanha vazia que não contém reivindicação nenhuma, além de ataques direitistas ao governo do PT. Enquanto o PCO denuncia essa campanha como ***golpista***, a esquerda pequeno-burguesa diz que se trata de uma

'teoria da conspiração'...".

— *Campanha contra a Copa: o que os trabalhadores têm a ganhar?*, 4 de fevereiro de 2014. Ênfase nossa. Disponível em: http://migre.me/mFddq.

Para aqueles interessados em enxergar a realidade sem o intermédio das lentes do oportunismo, é um tanto quanto óbvio que, ao levantar esse grito, muitos trabalhadores e jovens estavam desabafando sua indignação com sua situação material – que lhes impossibilita acesso a moradia, saúde, transporte e educação de qualidade, ao passo em que o governo brasileiro estava mais interessado em financiar empresários da construção civil, do turismo e especuladores.

Os comunistas não tem nenhum interesse em se colocar contra o esporte futebol, nem tampouco contra os eventos esportivos. É evidente para qualquer um que as campanhas, denúncias e palavras de ordem contra "a Copa" são uma expressão da insatisfação dos trabalhadores e oprimidos sobre a desigualdade social brutalmente revelada diante das remoções, ataques e repressão para que um punhado de ricos lucrasse com esse evento. Além de acusar as manifestações de "golpistas", o PCO tentou passar a impressão de que os protestos não tinham objetivo político, pois seriam "contra um evento esportivo".

Certamente há limitação em tal "desabafo" e a necessidade dos revolucionários disputarem tal indignação, visando canalizá-la para um programa revolucionário de enfrentamento ao capitalismo e seus governos. Mas isso não impedia que os comunistas participassem de movimentos e protestos que levantassem tais demandas num claro questionamento aos ataques da FIFA e do PT contra a população. Para o PCO, entretanto, fazer isso seria cerrar fileiras com a direita golpista, facilitando sua suposta empreitada em curso. Curiosamente, é o PCO que repete muitos argumentos do governismo. Um deles é dizer que não seria justo reclamar das injustiças envolvendo a Copa do Mundo *depois* de que muitas das remoções, ataques, precarizações do trabalho já tivessem sido realizadas:

> "Esta esquerda tomou os argumentos dados pela direita, cínica, de que a Copa do Mundo não deveria ser prioridade de um país atrasado e com tantos problemas, que o evento custa muito aos cofres públicos e aumentou a exploração dos trabalhadores envolvidos nas obras e diretamente no evento. Esta campanha, no entanto, foi levantada depois que a maior parte dos gastos já havia sido feita e as obras concluídas, de forma a ser uma reivindicação na prática inócua e que politicamente servia apenas para a campanha eleitoral, da direita."

— *Não é só contra a Copa, é contra o Brasil*, 7 de julho de 2014. Disponível em: http://migre.me/mFdeA.

Mesmo o título do artigo citado acima já mostra até que ponto o PCO comprou o discurso governista, tanto no futebol quanto na política **[6]**. Isso é um exemplo de como a linha do PCO funciona como uma delirante (e frágil) retórica para justificar sua capitulação ao governo do PT. Se os trabalhadores quiserem travar novas grandes lutas em 2014 e colocar o governo contra a parede, é bom estarem cientes que não poderão contar com o PCO. Este poderá muito bem estar do outro lado da barricada afirmando que não se deve enfrentar este governo dos patrões sob o risco de "fortalecer a direita". O PCO parece querer enfrentar os efeitos do capitalismo no Brasil sem colocar em perigo a estabilidade do PT.

Conclusão

Tanto no seu alarmismo sobre a suposta iminência de um golpe da direita quanto na sua hostilidade injustificada aos protestos contra os ataques da burguesia antes e durante a Copa do Mundo, o PCO revelou que receia um enfrentamento dos oprimidos que ponha em cheque o Partido dos Trabalhadores, e que pudesse enfraquecê-lo eleitoralmente e possivelmente causar sua derrota no próximo pleito. Os trabalhadores não tem nada a perder ao denunciar amplamente a responsabilidade direta do PT nas prisões arbitrárias, na repressão de greves e protestos às vésperas e durante a Copa, assim como nas condições de trabalho precárias que levaram à morte de quase uma dezena de operários na construção dos estádios.

É preciso mencionar que a histeria do PCO acerca de um hipotético golpe reacionário em muito se assemelha à clássica posição stalinista frente a governos de colaboração de classes. Diante de grandes mobilizações de massas contra governos burgueses supostamente "progressivos" apoiados pelos stalinistas, estes logo sacavam de sua cartola uma retórica alarmista. Se os trabalhadores fizessem greves e saíssem às ruas, iriam desestabilizar o governo "progressivo" e abririam espaço para a reação de

Durante sua recente campanha eleitoral, as candidaturas do PCO não se pautaram pela denúncia do suposto golpe da direita, demonstrando que nem o partido leva a sério essa linha histérica.

direita. Os trabalhadores, portanto, não deveriam buscar um enfrentamento destemido com o governo de turno, sob o risco de "fortalecer a reação".

O PCO já anunciou suas candidaturas para as eleições de 2014, mas o que fará o partido no caso de um segundo turno, o qual geralmente evoca em muitos o pânico de que o PT seja derrotado e faz com votem "contra a direita" (ou seja, na coalizão governista)? Repetirá as ocasiões no passado em que apoiou eleitoralmente as candidaturas burguesas do PT, ou será constrangido a não fazê-lo para manter as suas aparências? Não é possível adivinhar o que passará na cabeça dos dirigentes do PCO, que certamente acreditam que podem tomar posições esdrúxulas sem qualquer resistência dos membros de seu grupo.

O embelezamento do PT como um partido "de esquerda", a afirmação de que "não é o inimigo" da classe trabalhadora e o pânico de que este seja derrubado a qualquer momento porque não estaria "integrado ao sistema", assim como as acusações de que aqueles que participam num movimento contra os ataques sociais do governo durante a Copa estão "colaborando com a direita", tudo isso conduz logicamente ao passo seguinte dessa capitulação vergonhosa. De uma forma ou de outra, todo o discurso recente do PCO aponta para a gradual transformação desse grupo em uma pata de apoio "de extrema esquerda" do petismo. Para aqueles que se dedicam à tarefa fundamental da construção de um partido revolucionário no Brasil, o PCO nada tem a oferecer.

NOTAS

[1] Para nossa polêmica com o PCO, conferir *PCO, Altamirismo (Partido Obrero) e as frentes populares*, de fevereiro de 2013. Disponível em: http://migre.me/mFdqP

[2] É bom ressaltar que mesmo que o governo do PT fosse "nacionalista", seria um absurdo usar essa classificação na forma de elogio velado ou eufemismo, como faz o PCO. Ao longo da história da luta de classes, partidos nacionalistas tem desviado a classe trabalhadora da luta para chegar ao poder e sempre defendem os interesses capitalistas, ainda que sob alguma coloração radical. Uma vez no poder, eles sempre mantem a classe trabalhadora política e organizativamente paralisada diante de golpes direitistas motivados pela sua retórica (retórica essa que não é usada pelo PT) ou pequenas reformas. O objetivo do nacionalismo nos países atrasados não é derrubar as relações capitalistas, mas sim limitar o poder do imperialismo (enquanto colabora com este no quadro geral) em favor de setores da burguesia nacional em tais relações.

[3] *Revolta de Massas no Brasil*, de 23 de junho de 2013, disponível em: http://migre.me/mFdqY.

[4] *Governadores e prefeitos apoiam proposta de 5 pactos de Dilma*, de 24 de junho de 2013. Disponível em: http://migre.me/mFdrg.

[5] Essa análise do PCO é tão deslocada da realidade que o próprio partido não a leva tão a serio. No último período, não fez nenhum tipo de agitação sistemática para que os sindicatos e universidades onde possui inserção preparassem formas de resistência preventivas contra o suposto golpe. De certa forma, esse é o reconhecimento implícito de que o próprio grupo não acredita fielmente que se aproxime uma investida golpista.

[6] Quando a versão final deste artigo já se encontrava pronta, nós fomos brindados pelo chilique oportunista do dirigente do PCO, Rui Costa Pimenta, diante da derrota da equipe brasileira de futebol na Copa do Mundo. O fato de que o time brasileiro foi derrotado por uma grande diferença de gols fez com que o PCO lançasse sobre a "esquerda pequeno-burguesa" que protestou contra as injustiças da Copa do Mundo (são citados PSOL, PSTU e "grupos menores do mesmo quilate") a culpa em ajudar a direita para conseguir a derrota do Brasil na partida. O PCO não fornece nenhuma explicação de como isso teria acontecido, mas este e outros artigos publicados em sequência ao jogo estão cheios de remorso pela derrota:

> "O povo brasileiro que torceu pela seleção brasileira com todo o coração está sofrendo desta mesma humilhação. Há os chacais, como a direita, que querem agora tirar proveito desta humilhação e desmoralização. Há os pequeno-burgueses de esquerda e de direita que vão festejar a tristeza do povo e a sua humilhação. É o seu ofício, por isso, merecem o justo desprezo do povo. O ódio é reservado à burguesia."
> **— *'Eles' conseguiram... e agora?*, 8 de julho de 2014. Disponível em: http://migre.me/mFdrs.**

Entretanto, enquanto o PCO estava preocupado com a "humilhação" envolvendo a derrota do time brasileiro num campeonato de futebol e os possíveis efeitos eleitorais disso, o PT tem imposto verdadeiras humilhações aos trabalhadores e oprimidos em todo o último período relacionado à Copa do Mundo. O PCO tratou com desprezo os protestos que buscaram combater tais ataques sob o suposto risco de "fortalecer a direita". Os revolucionários afirmam que humilhação de verdade são as prisões realizadas pelos aliados de Dilma, as mortes dos trabalhadores negros nas favelas que os seus "companheiros" Paes e Pezão tem feito quase cotidianamente no Rio de Janeiro, escondidos sob os holofotes do "espetáculo", e tudo o mais que este governo assassino prepara para os trabalhadores (quase sempre em plena sintonia com seus consortes da direita).

Ataque de Israel contra Gaza:

Defender os palestinos! Nenhuma confiança no Hamas e no Fatah!

Agosto de 2014.

cryptome.org

Nas últimas semanas, uma série de novos ataques de Israel contra a Faixa de Gaza já levou ao assassinato, por bombardeios e até mesmo através de uma investida terrestre, de cerca de dois milhares de palestinos, sendo na maior parte civis e incluindo um número alto de crianças. Também tem se verificado uma brutal repressão aos protestos de solidariedade que vem ocorrendo na Cisjordânia. Os trabalhadores conscientes de todo o mundo tem o interesse em frear mais essa manifestação da barbárie capitalista. Apoiado pelo governo Obama e sob a vista grossa da Organização das Nações Unidas, o assassino Estado de Israel, dirigido por Benjamin Netanyahu, segue realizando uma carnificina cruel contra uma população indefesa.

As duas principais forças políticas atualmente existentes entre a população palestina são os partidos Fatah e Hamas. Apesar das diferenças históricas entre os métodos por eles defendidos, ambos representam a mesma classe social: a burguesia palestina. Isso significa que, além de não apresentarem uma estratégia que atenda aos interesses históricos das massas palestinas (sua emancipação do capitalismo e de todas as formas de opressão que ele engendra), esses partidos são ainda capazes de rifar a luta pelos direitos nacionais do povo palestino em troca de seus interesses de classe.

Isso fica claro se analisado o histórico da Organização para Liberação da Palestina (OLP). Fundada em 1964 defendendo uma tática guerrilheira como forma de retomar as fronteiras anteriores a 1948, já na década de 1970 sob a liderança de Yasser Arafat e do Fatah, havia recuado em seus propósitos iniciais e aceitado a proposta de criação de um "mini Estado" que compreendesse a Faixa de Gaza e a Cisjordânia, ficando assim cercado por territórios dominados por Israel e totalmente à mercê do racista projeto sionista. Já o Hamas, enquanto está atualmente forçado a uma posição mais militante de desafio à beligerância de Israel, também não defende os interesses das massas palestinas. Não se deve esquecer o seu fundamentalismo islâmico, que inclui ataques aos direitos democráticos seculares dos palestinos, ataques aos às mulheres e aos LGBT.

Além de serem incapazes de lançar um chamado aos trabalhadores judeus para que abandonem o sionismo e se mobilizem pela defesa das massas palestinas, cuja força combinada é capaz de por fim ao atual massacre, ambos os grupos apoiam a manutenção do capitalismo em qualquer Estado do qual estejam à frente. Dessa forma, não pode haver nenhuma confiança nesses partidos enquanto portadores de um projeto de emancipação do povo palestino.

A libertação palestina deve se dar em torno de um programa anticapitalista, em oposição ao fundamentalismo religioso e a toda e qualquer forma de opressão. Todavia, quando tais partidos resistirem às assassinas investidas militares sionistas contra os palestinos, nós somos pela sua ***defesa militar*** contra Israel. Mas deve ficar claro que isso não implica nenhum tipo de ***apoio político*** a esses partidos – diferente, portanto, de muitos grupos de esquerda que capitulam politicamente ao Hamas ou ao nacionalismo árabe.

Além das tarefas imediatas colocadas pelos revolucionários na região palestina, é fundamental também que no resto do mundo se organizem grandes campanhas de solidariedade internacionalista, fundamentadas nos históricos métodos de luta do proletariado. Em uma economia cada vez mais globalizada, greves e as ações de massa dos trabalhadores em outros países podem desferir importantes golpes na burguesia israelense e seus aliados imperialistas, fortalecendo assim a resistência dos palestinos.

É fundamental também mobilizar o proletariado israelense!

Um erro comum da esquerda, além da capitulação a grupos como o Hamas, é ignorar (ou mesmo negar) a importância de se mobilizar também o proletariado de fala hebraica na luta contra o projeto sionista e por uma revolução socialista na região. A recorrente alegação de que toda a população hebraica de Israel é um "enclave militar imperialista" (ou mesmo de que é uma "força de ocupação") ignora a complexa situação de *interpenetração de dois povos em um mesmo território* e o fato de Israel ser uma sociedade dividida em classes, cujo Estado não representa os interesses objetivos do proletariado de fala hebraica.

A população israelense não pode ser considerada simplesmente como colonos nesse momento da história. Quer queira quer não, se desenvolveu na região uma nacionalidade de fala hebraica. Os trabalhadores judeus, dos quais as massas palestinas necessitarão em última instância do apoio para conquistar a vitória, podem ser convencidos a se aliar aos seus irmãos e irmãs palestinos contra o Estado sionista porque possuem com estes interesses de classe comuns. Negar os seus direitos nacionais apenas os lança nas mãos dos sionistas.

Nessas últimas semanas de massacre contra os palestinos, milhares de jovens israelenses tem protagonizado uma corajosa campanha de boicote ao alistamento militar obrigatório, em um claro desafio à política sionista de extermínio dos palestinos, ao mesmo tempo em que diferentes setores da população israelense tem tomado as ruas de grandes cidades, como Tel Aviv, em massivos protestos contra a limpeza étnica que está acontecendo em Gaza. Isso demonstra o potencial do proletariado judeu para derrotar o projeto sionista desde o interior de Israel, defendendo os direitos nacionais do povo palestino, principalmente se tiver à sua frente uma vanguarda organizada em um partido revolucionário.

Por um partido revolucionário binacional que lute por uma Federação Socialista no Oriente Médio!

Muitos na esquerda defendem uma "Palestina laica, democrática e soberana", sem menção ao *caráter de classe*, que significa a subordinação da luta dos trabalhadores à construção de um Estado burguês no território. Ao contrário, desde uma perspectiva classista e internacionalista, declaramos que somos pela formação de um *partido revolucionário binacional*, composto por trabalhadores árabes palestinos e israelenses judeus (além de outras minorias étnicas e religiosas oprimidas pelos sionistas, como os drusos e etíopes), que exproprie a burguesia da região, tornando possível uma convivência fraterna entre os dois povos sem que um oprima o outro.

Esse partido revolucionário teria a tarefa fundamental de defender o povo palestino e combater as ilusões geradas pelo nacionalismo árabe. Ao mesmo tempo, deve travar uma luta desde o interior de Israel, unificando trabalhadores judeus e árabes contra o chauvinismo racista do projeto sionista, que sistematicamente nega os direitos básicos dos palestinos. Para nós, essas lutas encontram sua conclusão lógica e necessária na expropriação da burguesia da região, através da destruição de Israel e da derrota política dos projetos nacionalistas árabes, e na construção de um Estado operário.

No presente momento, conforme a resolução desse conflito nacional através de uma revolução socialista não está colocada de imediato na consciência do proletariado da região, e conforme os trabalhadores palestinos, por si sós, não são capazes de destruir o Estado de Israel, romper suas ilusões no nacionalismo burguês e ganhar o apoio dos trabalhadores judeus para uma perspectiva internacionalista não é uma opção, mas uma necessidade fundamental. Uma medida central para permitir essa união, quebrando as desconfianças e medos sistematicamente incutidos nesses proletários ao longo de tantos anos (com vistas a mantê-los divididos) é o reconhecimento do direito de ***ambos*** à autodeterminação, dentro de fronteiras democraticamente redesenhadas, se assim for desejado. Ao mesmo tempo em que um partido revolucionário na região defenderia tal medida, ele deve reivindicar prioritariamente a construção de um único Estado operário binacional, nos marcos do qual os dois povos possam avançar na construção de uma sociedade socialista livre de desigualdades nacionais e de classe.

☭

LEIA TAMBÉM:

A Posição Trotskista na Palestina
"Contra a Corrente"
Liga Comunista Revolucionária da Palestina, maio de 1948. Disponível em: http://migre.me/mFemh.

Polêmica com a Liga pelo Partido Revolucionário (LRP - EUA) sobre a revolução na Palestina e em Israel
Adoradores do Fato Consumado
Agosto de 2009. Disponível em: http://migre.me/mFen4.

Relato de um visitante

Portugal, a crise e a esquerda

Um de nossos militantes visitou Portugal em setembro e produziu um relato político acerca da crise pela qual o país tem passado e a atual situação na esquerda. Compartilhamos a seguir uma versão de tal relato adaptada para o público.

Marcio Torres, setembro de 2014.

dinheirovivo.pt

Portugal foi um dos países europeus mais afetados durante os primeiros anos da atual crise do sistema capitalista. No primeiro momento da crise, o governo colocou praticamente todos os seus recursos a serviço de salvar os grandes bancos privados, o que fez com que o Estado adquirisse uma enorme dívida pública, transferindo para os banqueiros dinheiro extraído (principalmente) da classe trabalhadora, através dos impostos. Agora, enquanto a burguesia está indo muito bem, os trabalhadores enfrentam uma série de ataques ao seu padrão de vida, conforme o governo tenta quitar sua dívida cortando o orçamento de serviços públicos como educação e saúde, demitindo funcionários, alterando as políticas previdenciárias (redução do valor das pensões e aumento do tempo até a aposentadoria) etc. Em síntese, as massas portuguesas passam atualmente pelo segundo ciclo da socialização do prejuízo da burguesia, ao passo que alguns grandes capitalistas foram salvos pelo Estado que eles comandam e utilizaram seu dinheiro para comprar os ativos daqueles que faliram (aumentado assim ainda mais a concentração e centralização de capitais que originalmente levou à crise). Tudo isso é o bem conhecido "pacote de austeridade" imposto pela chamada "Troika" (o Banco Central Europeu, a Comissão Europeia e o FMI).

Um dos principais reflexos da crise sobre a vida dos trabalhadores é a atual insuficiência de seus salários. Com um salário-mínimo de 485 Euros (do qual dependem 15,2% da população, de acordo com um documento recente do Ministério da Economia), os portugueses enfrentam uma alta de preços dos bens manufaturados (muitos dos quais importados dos grandes centros imperialistas) e até mesmo da comida. Em Lisboa, por exemplo, é difícil encontrar uma boa refeição por menos do que 5 Euros, o que torna comer na rua algo verdadeiramente proibitivo para o cidadão comum, já que ao longo de um mês consumiria mais da metade de um salário-mínimo (ou 280 Euros). Isso obviamente se reverte em uma intensificação da escravidão doméstica à qual muitas mulheres estão frequentemente submetidas.

Outros reflexos da crise podem ser facilmente vistos ao se ler qualquer jornal. Com o recente início do ano letivo, o tópico principal de todos os jornais nas últimas semanas foi a crise do sistema educacional. A edição de 9 de setembro do Metro anunciou uma enorme migração em massa de estudantes das escolas privadas para as públicas, devido à incapacidade dos pais de bancarem as mensalidades. E, apesar da média de 10 alunos por professor alegada pelos órgãos oficiais, a Federação Nacional de Educadores (FNE) afirma que esse dado é falso e que os professores no sistema público de ensino tem se deparado com uma sobrecarga de trabalho (comparada com os padrões anteriores), agravada ainda pelo fato dos professores terem que lidar com uma série de tarefas burocráticas que consomem uma parte razoável do seu tempo e que não possuem relação direta com seu trabalho dentro das salas de aula.

Obviamente, a deterioração das condições de trabalho não é um fenômeno que afeta apenas professores e educadores. Para citar mais um exemplo, muitas empresas privadas tem posto estagiários para cumprirem funções de funcionários plenos – o que é muito lucrativo para os patrões, uma vez que as bolsas desses estagiários são pagas pelo governo e eles não tem os mais básicos dos direitos trabalhistas. Caso questionem a situação, obviamente perderão seu emprego, o que é uma perspectiva tenebrosa para uma geração que tem se definido enquanto "precariada" a partir de diferentes movimentos de desempregados.

Outro tópico quente durante a semana em que estive no país foi a situação do "Novo Banco". Ele foi criado como uma empresa estatal, após um dos maiores grupos financeiros portugueses, o Grupo Espírito Santo e seu banco, terem quebrado e o Estado ter comprado seus ativos. Após ter usado o dinheiro dos impostos extraídos da classe trabalhadora para salvar os proprietários do Grupo Espírito Santo, o governo agora discute a privatização do Novo Banco. Isso significa que, depois do governo ter limpado a bagunça dos executivos sedentos por lucros e de ter aumentado sua dívida pública ao fazê-lo, banco agora seria novamente posto sob controle desses mesmos parasitas – e muito provavelmente através de um preço baixo.

Todos esses problemas atrelados à crise vem se prolongando desde cerca 2009. Os recentes levantes políticos que tomaram o país nos últimos anos, respondendo a essa situação com massivos protestos de rua e várias greves, ainda ecoam nas ruas de Lisboa. Pode-se facilmente encontrar stencils com palavras de ordem radicais pelos muros da cidade, bem como placas de diferentes grupos políticos, que são bastante presentes na paisagem urbana.

O PC Português (PCP), outrora stalinista e agora abertamente reformista, recentemente pichou stencils nas entradas das principais estações de metrô, exigindo "Fim ao massacre na Palestina!". Muitas de suas placas podem ser vistas em diferentes bairros, anunciando uma grande festa, realizada no início do mês pelo seu braço editorial, o Avante, que reuniu vários artistas progressistas. O Bloco de Esquerda – bem menor, fundado em 2009 como um partido multi-tendências ao estilo do NPA francês, através da dissolução da seção portuguesa do Secretariado Unificado (cuja seção brasileira é a Insurgência/PSOL) – periodicamente realiza distribuições massivas de seus boletins em alguns pontos de ônibus e estações de metrô mais centrais. Os números recentes desses boletins são principalmente dedicados a debater os efeitos em curso das políticas de austeridade que foram impostas pela União Europeia, e que foram alegremente aceitas pelos políticos portugueses mais conservadores. Também é fácil ver placas do pequeno MAS (Movimento Alternativa Socialista) – a seção portuguesa da LIT-CI (organização internacional do PSTU brasileiro), que recentemente rompeu com o Bloco de Esquerda – muitos dos quais dedicados à campanha do candidato que o grupo lançou nas recentes Eleições Europeias, sob o slogan "Abaixo o Euro". Outro grupo bastante presente nas ruas de Lisboa, através de uma variedade de placas contra o Euro e também anunciando um "comício operário" que ocorreu em meados de setembro, é o maoísta PCTP (Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses), que tem murais elaborados pintados pelos muros da cidade.

Apesar da variedade de grupos de esquerda, o Partido Socialista foi o que mais cresceu devido à insatisfação popular com as políticas de austeridade. É fácil ver parlamentares do PS nos jornais televisivos e participando de programas de debates, confrontando com certa retórica radical os ministros de governo do CDS-PP e do PSD. Seu tom "radical", entretanto, é de fato apenas retórica. O PS é um partido com certa influência de massas, mas cujo programa é burguês, e que opera dentro dos limites podres do capitalismo, não estando interessado em apresentar uma alternativa proletária aos pacotes de austeridade impostos pela UE.

Por outro lado, nenhum dos outros grupos mencionados apresenta uma verdadeira solução para os problemas do proletariado. O PCP, apesar de muito grande, é historicamente um grupo de colaboração de classe, que carrega várias traições em suas costas e que presidiu os vários governos provisórios que se seguiram à queda da ditadura nos anos 1970, governando juntamente com a burguesia. Seus enormes outdoors, distribuídos por Lisboa, o apresentam orgulhosamente como um partido "patriótico", tentando capitalizar a insatisfação com a UE da maneira mais fácil possível.

Os maoístas (cujo líder histórico e fundador deixou o grupo na década de 80, alegando que não havia mais sentido partidos e sindicatos e que a esquerda era "merda pura", e ainda assim é convidado para reuniões do partido e atividades públicas), apesar da sua suposta ortodoxia revolucionária, defendem a herança podre do stalinismo, que nunca deve ser perdoado por deixar o fascismo se tornar uma força política dirigente na Europa, ou por [não está explicado] trair vários processos revolucionários com as suas Frentes Populares traiçoeiras. Seguindo o manual de colaboração de classes maoísta, exigem como solução para a crise um "governo democrático e patriótico", centrado no slogan pelo "retorno do Escudo" (moeda de Portugal antes do Euro).

Entre os (poucos) grupos que reivindicam a independência de classe, o Bloco de Esquerda é o único com mais visibilidade no momento. Mas suas políticas são bastante recuadas, ainda mais agora que as tendências mais radicais o deixaram (a morenista "Ruptura/FER" – agora denominada MAS – e o pequeno "Socialismo Revolucionário", associado ao CWI de Peter Taaffe), deixando a maioria ligada ao Secretariado Unificado sem oposição. É importante notar que esta maioria, originada no mandelista PSR, não é mais organizada como uma tendência – agora aqueles que querem se manter associados ao SU tem que se filiar individualmente.

Embora tenha uma presença no movimento sindical

e em outros setores mais amplos do movimento social, o BE é muito focado na política parlamentar. Em um boletim de junho, uma "Carta para a esquerda", assinado pelos dois coordenadores nacionais, expressa uma grande decepção com os resultados obtidos pelos grupos de esquerda nas últimas Eleições Europeias, dando-lhe um peso completamente desproporcional em comparação com a importância que as massas em geral deram a ele (expresso em uma abstenção de cerca de 60%). Seu cretinismo parlamentar é tão profundo que ele nem sequer levantar mais algumas das demandas históricas mais elementares da esquerda radical. Em seu boletim mais recente (setembro/outubro), em vez de defender o não pagamento da dívida internacional portuguesa (um instrumento de dependência imposta por capitais imperialistas), o BE exige apenas uma "reestruturação imediata da dívida" (ou seja, que se certifique que Portugal pague a credores internacionais apenas uma taxa "justa"). Além disso, frente ao baixo salário mínimo, em um recente artigo em seu site eles propõem um mero aumento de 60 euros, em vez de apresentar uma luta por um salário mínimo vital, cujo aumento deva ser automaticamente atrelado ao aumento dos preços. Além disso, em alguns de seus cartazes espalhados por Lisboa o BE exige "Fora com o governo – respeitar a Constituição". Pode-se perguntar se aqueles que desrespeitam as leis antioperárias e antiprotesto também devem ser chamados a "respeitar" a institucionalidade burguesa representada pela Constituição.

Afirmando representar "uma nova esquerda" contra a insuficiência da política desses grupos, o morenista MAS rompeu em 2012 com o BE. Mas de fato não tem nada de "novo", uma vez que antes de entrar para o BE como a tendência "Ruptura/FER", ele já existia havia um bom tempo. Na década de 1970, enquanto PRT, participou em protestos convocados pelo PS (com suprote da CIA), que se opunham pela direita aos governos provisórios do PCP/MAF – posição que rapidamente trocaram por uma caracterização do oficialista MFA (Movimento das Forças Armadas) como uma formação protossoviético e do governo como "Kerenskista" (de acordo com a terminologia revisionista de Moreno e sua "revolução democrática") (ver La careta de izquierda de Moreno, em La Verdad Sobre Moreno, da então revolucionária Liga Espartaquista). Eles também já haviam antes composto um partido unitário com os mandelistas, dissolvendo-se em meados dos anos 70 para formar o PSR. Sua ruptura com o BE foi pela direita. Confirmando que eles realmente não representam nada de novo, ao invés dessa ruptura ter sido um afastamento à esquerda em relação ao cretinismo parlamentar sustentado pela maioria do Secretariado Unificado dentro do BE, o motivo da separação de 2012 foi que essa maioria se recusou a defender um governo conjunto com o reformista e orgulhosamente "patriótico" PCP! (veja a declaração do Comitê Executivo do MAS). O que podemos dizer destes "trotskistas", para quem uma aliança eleitoral com reformistas ex-stalinistas é algo tão central e que, inclusive, propõem um governo conjunto com eles!? Além disso, de acordo com o pequeno grupo do CWI em Portugal, a recente campanha do MAS durante as Eleições Europeias foi totalmente centrada no lema "O Euro afunda o país" (mais "prisão para quem roubou e individou o país", "fim dos privilégios dos políticos" e "salário mínimo de 600 Euros já"), sem fazer menção a capitalismo / socialismo – o que de fato se reflete nos cartazes de rua do grupo (veja a polêmica do CWI).

Algo digno de nota é a ausência considerável de fortes movimentos de jovens entre esquerda portuguesa – com a importante exceção da cidade de Coimbra, em que a vida em geral está extremamente ligada à Universidade de Coimbra e, portanto, tem uma militância juvenil um tanto forte, relacionada com as causas dos estudantes. Essa ausência é compreensível, considerando-se que em 2013 o órgão governamental "Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida" afirmou que Portugal é sexto país com a população mais velha do mundo, sendo 42 a idade média de seus cidadãos. Além disso, desde o começo da atual crise muitos jovens deixaram o país em busca de melhores oportunidades de trabalho. A combatividade na esquerda é geralmente associada a uma presença forte de jovens entre suas fileiras – tanto que Lenin uma vez disse em tom jocoso que "todo revolucionário deveria ser fuzilado depois de passar dos 35 anos". Portanto, este é certamente um fator (dentre outros) por trás da falta de combatividade na esquerda portuguesa que nos referimos acima.

Apesar da profunda crise pela qual o país está atrvessando, a situação política não é o que deveria ser em termos de combatividade e lutas, já que os protestos em massa e as ondas de greves parecem ter refluído consideravelmente – e a esquerda local certamente tem sua parcela de responsabilidade nisso, por não estar à altura das tarefas políticas impostas pela crise. Isso claramente reforça a falta de confiança que classe trabalhadora tem em grupos e partidos que se reivindicam socialistas. Para encerrar este breve relato com uma anedota, na manhã no dia 11 de setembro os metroviários realizaram uma paralisação. Enquanto cerca de 4 mil trabalhadores (de acordo com o Diário Nacional) marcharam para a Assembleia da República (o Congresso português) exigindo um aumento salarial de 3%, muitos simplesmente se reuniram em frente das estações fechadas, à espera das 11h, quando os funcionários do metrô prometeram reabrir, permitindo que a rotina normal seguisse. Na noite do mesmo dia, no entanto, uma enorme multidão se reuniu no centro histórico de Lisboa para a 5ª edição da Vogue Fashion Night Out, um evento dedicado a estimular o consumo em lojas de rua, que é um "luxo" ao qual cada vez menos trabalhadores portugueses podem se dar. Esta cena absurdamente contraditória só reforça a necessidade urgente de lutar pela construção de um partido revolucionário, capaz de apresentar uma solução real para a crise do capitalismo e contra a "solução" de austeridade da Troika.

☭

Dos arquivos do trotskismo brasileiro

O Partido Socialista Revolucionário (PSR)

Marcio Torres, junho de 2014.

Temos a alegria de ter adicionar ao nosso Arquivo Histórico o artigo do extinto **Partido Socialista Revolucionário** que reproduzimos após a introdução que se segue, e com isso estarmos atuando no sentido de contribuir com a recuperação de parte da história do trotskismo brasileiro – em grande medida esquecida ou negligenciada pelos grupos atuais que reivindicam essa tradição.

6 — Rio de Janeiro, Domingo, 12 de Agosto de 1945 — DIARIO CARIOCA

A PEDIDOS

O MOMENTO POLÍTICO E A POSIÇÃO DO PARTIDO SOCIALISTA REVOLUCIONÁRIO

O povo brasileiro mal começa a afastar as sombras trevosas da longa noite do Estado Novo.

Compelida por fatores de ordem interna e, sobretudo, por motivos de ordem internacional, a ditadura aparentemente capitulou. Estão marcadas para 2 de dezembro do ano em curso, as eleições presidenciais e para as Câmaras.

Num desentorpecimento moroso, porém progressivo, tôdas as camadas populares principiam a mobilizar-se para o pleito eleitoral deixando, contudo, entrever ainda, certo desinteresse e ceticismo. O vírus totalitário, inoculado pela camarilha pre-fascista de Getulio Vargas, não logrou, todavia, eliminar, de vez, a consciência política das massas populares do Brasil. Dia a dia, afloram para a vida partidária ativa novos setores.

O proletariado brasileiro, de tão gloriosas tradições de luta e alvo mais golpeado pela fúria totalitária do getulismo, que o dessangrou pela miséria crescente e o paralisou com recursos terroristas e de demagogia social, demonstra — embora ainda confuso sôbre o itinerário a empreender — decisão de retomar seu curso histórico interrompido pelo golpe de 10 de novembro.

[...] ter a "ordem" e proteger a propriedade, pretendendo desempenhar papel de arbitro, assim agora, Prestes e seus seguidores ex-comunistas abandonam, totalmente, o campo da luta de classes, em busca de um "desenvolvimento pacifico da humanidade por eles idealizado — e abandonam, igualmente o internacionalismo, como inutil, em face da "cooperação crescente das grandes potencias". Com sua posição de equidistancia das candidaturas e com o seu semi-alheiamento da luta presidencial, reivindicando em primeiro lugar a convocação da Assembléia Nacional Constituinte, "com Vargas e comparsas ainda no poder", Prestes revela o carater bona- [...]

[...] problemas brasileiros que "são problemas da revolução democratico-burguesa": a solução desses problemas "interessa, sem duvida, ao proletariado, que em paises como o nosso, sofre muito menos da exploração capitalista do que da insuficiencia do desenvolvimento capitalista". A extensão dessas idéias de colaboração de classes ao dominio internacional, leva o orador de Pacaembú a dividir o capital financeiro. Isto é, o imperialismo, em colonizador e benéfico. Torna-se evidente, pois, que com tal ordem de idéias, que nem mesmo encontram amparo nos mais servis reformistas da II Internacional, o sr. Luiz Carlos Prestes se atole no pantano da colaboração com a ditadura a qual [...]

[...] trabalhadoras ou se abre em desbragada demagogia nociva á classe operaria, ou descamba para fórmulas primarias, rejeitadas como inocuas até pelos economistas burgueses.

Desconhecendo ou fingindo desconhecer a lei do desenvolvimento desigual do capitalismo na esfera nacional e internacional e para afagar a sua idealizada burguesia "progressista" industrial poupa esta voraz devoradora de "lucros extraordinarios" desfechando o furor de sua critica sobre os latifundiarios. Sem duvida está no primeiro plano das transformações radicais por que deve passar o Brasil a questão da distribuição das terras. Porém não nos moldes indicados pelo "chefe nacional". Se a [...]

[...] ensinamentos marxistas, as vociferações caluniosas jamais lograrão destruir — e pequenos burgueses radicais ou liberais oposicionistas, decididos a desmantelar a ditadura burocrático-policial do usurpador do Catete, o chefe do P. C. B. visa atemorizar a estes ultimos, forçando-os a silenciar a critica a seu oportunismo desastroso. Nisso, tambem, Prestes se utiliza dos métodos de seu "aliado" de hoje que, até há pouco, chamava de *comunistas* e quantos ousassem se opor á *totalitarização* do Brasil.

Berre, pois, o sr. Luiz Carlos Prestes, contra os "trotsquistas", que a ditadura e a burguesia *em conjunto* se aleitaram.

A POSIÇÃO DOS SOCIALISTAS REVOLUCIONARIOS

[...] proletarios", a classe operaria readquirirá e ampliará a confiança em suas próprias forças, desenvolverá sua consciencia de classe, delimitando, com rigor e precisão, seu proprio campo e o campo de seus inimigos.

Esse plano de lutas parciais, posto em execução, rearticulará as forças operarias, unificará suas fileiras, forjará o exército do trabalho para as "batalhas decisivas da vanguarda", contra o "Capitalismo" e pelo "Socialismo".

O proletariado não deve deixar-se envolver pela embriaguez eleitoral. O voto, que, para os reformistas e oportunistas de quaisquer colorações, constitui a panacéia para todos os males sociais, para a classe operaria não passa de um ins- [...]

[...] etc.), o "Partido Socialista Revolucionario" declara-se disposto a marchar em frente unica com todas as forças democraticas e socialistas do campo pequeno burguês, bem como, "através de atos concretos", com a oposição liberal voltada "agora" contra o Estado Novo, principal inimigo, na presente etapa da democracia proletaria por que os marxistas revolucionarios lutam dentro do regime burguês.

Essa frente-unica "dinamica, de ação", não implica no compromisso de renunciarem os socialistas revolucionarios á sua autonomia organizatoria e á critica da ideologia de seus aliados "circunstanciais" e deve manifestar-se, desde já, em atos concretos pela conquista das aspirações mais sentidas pelas massas populares. No plano eleitoral, pode atingir a forma de um acordo técnico, para a conjugação de força socialistas e radicais, sob uma legenda comum.

Os socialistas revolucionarios declaram-se dispostos a lutar, ombro a ombro, com quantos o estejam "efetivamente" tambem, contra as manobras ditatoriais visando impedir as eleições, o que, "de fato" redundaria na reinstauração das formas terroristas do governo com que o Estado Novo se sustentou até principios de 1945.

Reprodução arquivo FBN

PSR: encontro de duas gerações revolucionárias

O PSR foi fundado em 1939 e existiu até o começo da década de 1950. Durante esses anos, ele foi a seção brasileira da Quarta Internacional. A origem do PSR remonta às primeiras gerações de trotskistas brasileiros, que se organizaram em 1929 (apenas sete anos após a fundação do Partido Comunista do Brasil) com o nome de "Grupo Comunista Lenine" e que posteriormente formariam a Liga Comunista Internacionalista (LCI, seção brasileira da Oposição de Esquerda Internacional).

O PC brasileiro, fundado em 1922, era um partido extremamente heterogêneo em seus primeiros anos. Muitos de seus fundadores possuíam origens anarquistas e não só não haviam rompido por completo com tal tradição, como possuíam uma formação muito deficitária (afinal, grande parte das obras de Marx e Engels sequer estava disponível no país). Assim, sua unidade política era frágil (basicamente reduzida à simpatia pela Revolução Bolchevique) e logo alguns anos depois já se expressariam entre alguns de seus quadros dirigentes aspectos da vulgarização stalinista do marxismo, com seu programa etapista. Essa fragilidade inicial do PCB explica, em grande parte, o porquê de ter levado tão pouco tempo para surgir um núcleo trotskista em seu interior, em oposição ao rumo stalinista da direção – sem perdermos de vista, claro, a batalha travada pela Oposição de Esquerda Internacional, que se esforçava nessa época por alcançar as jovens seções da Internacional Comunista e que encontrou em dirigentes como Mario Pedrosa, Lívio Xavier, Fúlvio Abramo, João Pimenta e Aristide Lobo a ponte para ser ouvida entre a militância do PCB.

A repressão do regime Vargas contra a vanguarda do movimento operário, entretanto, não poupou os primeiros trotskistas brasileiros. Após alguns anos de trabalho realizado através do GCL e da LCI (1929-1935), essa primeira geração acabou se dispersando a força. Foi então que, em 1936, em uma tentativa de reorganizar as forças trotskistas dispersas pela repressão do Estado, membros da antiga célula do Rio de Janeiro da LCI se reagruparam e fundaram o POL – Partido Operário Leninista. Três anos depois, o POL se fundiu com uma ruptura do PCB originada em 1937 na seção regional de São Paulo e liderada por Hermínio Sacchetta – expulso do partido sob acusações de "trotskismo" e de promover lutas fracionais, ao liderar uma batalha interna contra a política da "Frente Popular" do Comitê Central e da *Comintern*. Tal ruptura, que contou com adesão de boa parte do Comitê Regional de São Paulo, deu origem à "Dissidência Pró-Reagrupamento da Vanguarda Revolucionária" que progressivamente aderiu aos pontos principais do programa trotskista. Assim, em 1939 foi possível a fusão do grupo de Sacchetta com o POL e sua adesão à recém-fundada Quarta Internacional.

Os atritos de Sacchetta com a linha oficial do PCB (ditada diretamente por Moscou) vinham desde meados de 1934 e tinham muito a ver com o trabalho desenvolvido então pelos trotskistas brasileiros. Nesse ano, a LCI impulsionou uma firme campanha em prol de uma Frente Única Antifascista entre as organizações operárias, com o objetivo de derrotar nas ruas a fascista Ação Integralista Brasileira (AIB), que vinha então em um crescente. Na época, o PCB se opunha a conformar uma frente única com qualquer outro grupo, preferindo uma campanha "anti-guerra" politicamente estéril – posição que advinha da orientação ultraesquerdista que a burocracia soviética então seguia (durante o assim chamado "Terceiro

Período”), igualando correntes reformistas do movimento operário com o fascismo sob o argumento de que ambas se pautavam pela manutenção do capitalismo (a tese do “social-fascismo”).

Entretanto, diferentemente da Alemanha, onde a política criminosa do PC stalinista permitiu a vitória nazista sem nenhuma resistência significativa do proletariado, o fascismo verde e amarelo recebeu uma firme resposta de classe ainda no seu nascimento. Apesar do abstencionismo do PCB, os trotskistas conseguiram promover uma série de comícios e reuniões antifascistas – em especial na cidade de São Paulo. Seu aliado principal nessa luta foi a tendência anarcossindicalista que então dirigia a FOSP (Frente Operária de São Paulo, uma alternativa à federação sindical dirigida pelo PCB – a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil).

No dia 7 de outubro de 1934, a Frente Única Antifascista se preparou para sua maior investida contra a ABI: um ataque ao comício organizado na Praça da Sé, onde discursaria o dirigente fascista Plínio Salgado. Compreendendo a importância fundamental da iniciativa, principalmente depois da vitória de Hitler na Alemanha, Sacchetta usou sua posição de dirigente regional do PCB para fazer com que a militância do partido em São Paulo, rompendo com ordens expressas do Comitê Central, engrossasse as fileiras do contra-ato antifascista no último instante. A resistência operária foi heroica. Enquanto colunas de trabalhadores armados de porretes se dirigiram para a praça, cercando o comício fascista, outros tantos militantes se posicionaram nas janelas de algumas sedes de sindicatos localizados em prédios próximos e abriram fogo contra a escória reacionária. No desespero, os fascistas correram para todos os lados, arrancando seus uniformes verdes para que não fossem perseguidos pelos trabalhadores que os atacavam. O evento entrou para as manchetes de jornais e para os anais da história como “A Revoada dos Galinhas Verdes” – mas custou a Sacchetta seu posto de dirigente e seu prestígio entre a liderança do PCB. Certamente, tal evento foi fundamental para seu afastamento do stalinismo e sua progressiva aproximação com o trotskismo – da qual outros companheiros seus fizeram parte, como a conhecida feminista Patrícia Galvão, a “Pagu”.

Dessa forma, a fundação do PSR foi fruto do encontro de duas gerações de revolucionários: uma primeira que remontava à gênese da tradição trotskista no Brasil, construída a partir da luta contra as formulações teóricas do Comitê Central do PCB e da Terceira Internacional stalinista, e que então era representada pelo POL; e uma segunda, liderada por Sacchetta e fruto de um rompimento progressivo de setores da regional de São Paulo do PCB no fim dos anos 1930.

O cenário brasileiro no pós-guerra e o stalinismo

No momento em que foi publicado o artigo do PSR que reproduzimos, o país passava por um importante processo político: a completa ruína do “Estado Novo”, um aprofundamento ditatorial da experiência bonapartista instalada em início dos anos 1930, sob a liderança do caudilho latifundiário Getúlio Vargas. Seguindo a política (herdada da recém-dissolvida *Comintern*) de aliança com os “campos progressivos” da burguesia, desde a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial o PCB vinha dando apoio ao governo – mesmo esse tendo prendido e torturado diversos de seus quadros, incluindo seu Secretário Geral, Luís Carlos Prestes. Com o enfraquecimento da ditadura, o Comitê Central do PCB defendeu a criminosa política de uma transição constitucional que não removesse Vargas do poder, aliando-se ao assim chamado “queremismo” – movimento em prol de uma Assembleia Constituinte com Vargas no poder. Essa política foi duramente criticada pelo PSR no artigo que se segue.

Ao criticar a linha do PCB, o artigo do PSR dialoga diretamente com artigos e discursos de Prestes, principal dirigente e figura pública do partido à época. Seu discurso no Estádio Pacaembu (São Paulo), proferido em 15 de julho de 1945, pode ser encontrado transcrito em http://www.marxists.org/portugues/prestes/1945/07/15.htm. Já seu discurso no Estádio São Januário (Rio de Janeiro), proferido em 23 de maio de 1945, pode ser encontrado em http://www.marxists.org/portugues/prestes/1945/05/23.htm. Ambos são citados em determinados momentos do artigo do PSR e são muito reveladores da política defendida então pelos stalinistas brasileiros.

Além das duras críticas feitas à política de colaboração de classes do PCB, o artigo em questão possui alguns outros méritos, como uma delimitação e análise das forças políticas de então segundo critérios internacionalistas e de classe, demonstrando a relação das frações da classe dominante com o imperialismo. No plano nacional, veicula uma denúncia classista das forças políticas que se apresentavam então para o pleito eleitoral. O PSR também não poupa críticas à burocracia stalinista em Moscou, corretamente caracterizada como uma degenerescência parasitária que punha em risco a existência do Estado Operário soviético através de sua política de “coexistência pacífica” com o imperialismo.

JORNAL DO POVO

ANNO I — Rio, quarta-feira 10 de Outubro de 1934 — NUMERO 3

Um integralista não corre: vôa...

(Photo enviada pelo nosso correspondente em S. Paulo)—A debandada integralista, como se vê, foi na mais perfeita desordem. Vê-se á esquerda um gallinha-verde escondido atraz do poste, e no centro da praça varios outros acocorados.

A retirada dos 10 000... Salve-se quem puder! E os integralistas, que gostam das phrases sonoras bem soantes, repetiam nesta hora, acompanhados pela castanhola dos dentes: "morra meu pai que é mais velho!"

O Sr. Gustavo Barroso declarou: "OS INTEGRALISTAS CONTINUARAM FIRMES ONDE ESTAVAM"...

O Sr. Gustavo disse mais que "é homem para dez". Gosto não se discute. Mas o Sr. Gustavo é homem para dez?... Gallinhas verdes.

Outra característica interessante do artigo é a firmeza com a qual o PSR trata a questão religiosa, deixando clara a incompatibilidade entre ideologias obscurantistas e o marxismo, ao criticar a perspectiva do PCB de negligenciar essa questão – algo comum em boa parte da esquerda brasileira atual, tendo em vista as dificuldades apresentadas pela existência de uma classe trabalhadora consideravelmente religiosa.

Quaisquer que sejam as fraquezas do artigo que possamos detectar em retrospectiva, a adesão do PSR a perspectiva trotskista permitiu a tal grupo manter o quadro geral de uma linha revolucionária frente ao período do pós-guerra. E, conforme tal artigo demonstra tão bem, eles se encontravam em nítido contraste com os stalinistas.

A denúncia do PSR da política de colaboração de classes do PCB coloca em cheque o balanço histórico que muitos stalinistas atuais fazem do PCB. Aqueles que imaginam alguma suposta integridade política do partido ao longo de sua história, ao se depararem com as críticas trotskistas feitas tanto pelo PSR quanto por seus predecessores, encontrarão sérias dificuldades em sustentar tal mito.

Já uma série de stalinistas "ortodoxos" que se opõem à linha do PC soviético após seu XX Congresso (1956), encarando-o a partir de então como "revisionista", tentam fugir do fato de que o oportunismo dos partidos comunistas pelo mundo teve sua raiz nas décadas de orientação de Stalin e da burocracia soviética desde meados da década de 1920. Além de não ter representado um rompimento consistente com as práticas burocráticas e colaboracionistas, tais correntes como os maoístas agrupados em torno do jornal "A Nova Democracia", o atual PCR e alguns elementos isolados do atual PCB buscam jogar toda a culpa pelos erros e traições oportunistas que já não podiam esconder nas costas de alguns funcionários menores, sem jamais reconhecer no "grande organizador de derrotas" (Stalin) e em seus asseclas a causa das políticas criminosas seguidas pelos partidos comunistas oficiais. Para sustentar essa farsa, precisam fazer cambalhotas incríveis.

Atualmente os maoístas do jornal "A Nova Democracia", por exemplo, fazem críticas à política do PCB no pós-guerra que são (inadvertidamente?) muito parecidas com aquelas expressas no artigo do PSR que reproduzimos aqui. Eles condenam o pacifismo do PCB e sua colaboração de classes, por apoiarem Vargas e defenderem uma transição prolongada e pacífica ao socialismo. Entretanto, não só fazem tais críticas muitas décadas depois, *a posteriori* (enquanto somente os trotskistas combateram esse oportunismo *à época*), como não são capazes de ligar tais posições ao stalinismo de forma geral, já que permanecem defendendo o legado podre de Stalin. Encaram que estas posições criminosas do PCB teriam sido "desvios browderistas" (Earl Browder foi um dirigente direitista do PC americano que foi feito de bode expiatório), e não teriam nenhuma conexão com as posições defendidas por Stalin e pelo governo soviético no pós-guerra, os quais "A Nova Democracia" segue considerando que eram "revolucionários":

> "O balanço superficial de 1935, tomado como um erro de tipo golpista, e a entrada do Brasil na guerra levam a direção do PCB a mudar a caracterização do governo Vargas, passando a considerá-lo um representante da ala 'progressista' da burguesia nacional, sendo um aliado da classe operária e cabendo ao partido apoiar setores progressistas no governo através da política de 'União Nacional'. É de suma importância destacar desde já que esta tese da existência de 'setores progressistas no governo', devendo então os revolucionários 'apoiar tal governo', é a enfermidade que se tornou crônica no movimento popular e de esquerda no país, manifestando-se quase que como ato contínuo na vida do partido comunista, de suas frações e da 'esquerda' brasileira, no período mais recente e dias atuais. A influência do browderismo como reformismo fica evidente quando, com o PCB já na legalidade, Prestes, em seu famoso discurso no estádio de São Januário, no Rio de Janeiro, afirma: *'Antes da guerra, nós, comunistas, lutávamos contra a democracia burguesa aliada dos senhores feudais mais reacionários e submissa ao capital estrangeiro colonizador, opressor, explorador e imperialista. Hoje, o problema é outro, a democracia burguesa volta-se para a esquerda'."*
>
> **– *Vitória sobre o nazi-fascismo, Conferência da Mantiqueira e as ilusões constitucionais*. AND n. 82, de outubro de 2011. Disponível em: http://migre.me/mFKis.**

Ao contrário do que crê "A Nova Democracia", tais posições tem suas raízes no próprio Stalin e na liderança da Internacional Comunista stalinista, cuja política do "socialismo num só país" e posteriormente da "frente popular" conduziam à contenção da luta de classes em prol de uma unidade com partidos burgueses embelezados como "antifascistas", "democráticos", "progressivos", "nacional-revolucionários" etc. etc. Isso é demonstrado pelo artigo do PSR através do paralelo traçado entre a política do PCB e a de Stalin, que também deu pleno estímulo na época à política traidora dos Partidos Comunistas europeus, como o francês e o italiano, em seu apoio aos fracos governos imperialistas "democráticos" estabelecidos após a derrota do nazismo. Achar que a política do PCB em 1945 estava de alguma forma em desacordo aos desígnios da liderança soviética é uma tentativa de falsificação com o objetivo claro de sustentar o mito de que o revisionismo só teria dominado o movimento comunista após a morte de Stalin. Os burocratas stalinistas sempre se utilizaram da tática de jogar toda a culpa por erros e oportunismos que já não podiam ser escondidos em burocratas locais, para se livrarem da sua responsabilidade, como fizeram com Browder nos EUA. Estamos diante de uma tentativa moderna (*a posteriori*) de fazer o mesmo.

As dificuldades e o fim da trajetória do PSR

Apesar do conteúdo correto do programa exposto no artigo do PSR em questão, ainda se sabe pouco a respeito das posições do partido em outras situações, o que impede a realização de um balanço crítico mais completo de sua história nesta nossa modesta contribuição. A maior parte das seções da Quarta Internacional na América Latina à época eram marcada por uma série de fragilidades políticas e organizativas e o PSR não escapou a esses problemas e dificuldades.

Existem algumas pistas, por exemplo, que indicam algumas de suas fragilidades já durante a Segunda Guerra Mundial. Mario Pedrosa, veterano trotskista que esteve presente desde a fundação do GCL e se tornou uma importante liderança local e internacional (chegando a ocupar um assento no Comitê Executivo Internacional da Quarta, após representar as seções latino-americanas em seu congresso de fundação), havia se alinhado à fração Burnham-Shachtman em 1940, com sua proposta de abandono da defensa revolucionária da URSS após o pacto Hitler-Stalin. Pedrosa não só tentara influenciar o PSR em torno dessa posição, como parece ter feito o possível para dificultar a comunicação do partido com a Internacional após deixar suas fileiras – momento a partir do qual Sacchetta se tornou seu principal dirigente. Conforme um relatório apresentado na Conferência de Emergência da Quarta Internacional, em 1940, pelo seu Departamento Latino Americano:

> "O movimento pela Quarta Internacional no Brasil é um dos mais antigos no continente; ele foi organizado em torno de 1930-31. Desde sua formação, ele passou por diversas crises políticas e organizativas. Politicamente, ele tem sido um dos grupos mais ativos; mas devido à sua falta de uma liderança firme e estável, sua vida política assume uma forma desorganizada e se traduz, frequentemente, em crises organizativas. A 'virada francesa' [política de 'entrismo' em movimentos reformistas em meados dos anos 1930] acarretou em sua completa desorganização e levou um grande tempo para isso ser revertido. No momento, de acordo com as informações disponíveis, o grupo brasileiro apoia a posição dos desertores do SWP [fração Burnham-Shachtman]. Ele se constitui sob o nome de Partido Socialista Revolucionário. De acordo com um informe do Camarada Smith, ele possui cerca de cinquenta membros. Nós não temos relações diretas com eles, devido ao fato de Lebrun [Mario Pedrosa], seu representante, que desertou a Quarta Internacional, continuamente se recusar a nos entregar seu endereço."
>
> **– *Relatório à Conferência de Emergência da Quarta Internacional pelo Departamento Latino-Americano*. Aprovado em 19-26 de maio de 1940. Disponível em: http://migre.me/mFKsw.**

Nesse sentido, a mesma Conferência adotou uma declaração desautorizando Pedrosa e outros membros do Comitê Executivo Internacional alinhados a Shachtman a seguirem falando em nome da Quarta Internacional. Esse documento menciona uma carta enviada pelo PSR à maioria do Comitê, no qual o partido reafirma (até segunda ordem) sua centralização frente ao programa da Quarta em relação à defesa da URSS, mas informa da existência de sérias divergências internas quanto à situação – o que demonstra que Pedrosa foi capaz de influenciar parte de seus membros:

> "É importante mencionar que Lebrun [Mario Pedrosa] e Cia. já não representam absolutamente nada entre as fileiras da Quarta Internacional. (...) A autoridade de Lebrun residia sobre o mandato que lhe foi conferido pelo Congresso Mundial [1938], enquanto representante das seções latino-americanas. Todas as seções latino-americanas, até onde sabemos, se expressaram a favor da manutenção da posição de defesa incondicional [da URSS], isto é, de permanecerem leais às decisões do primeiro congresso mundial e aos princípios da Quarta Internacional. Até mesmo sua própria seção, a brasileira, em uma carta mencionada na declaração [da maioria do Comitê Executivo Internacional], se declarou pronta para continuar defendendo o slogan de defesa incondicional até que uma decisão internacional seja atingida, apesar de existir entre suas fileiras uma forte tendência derrotista. (...)"
>
> **– *Declaração Suplementar do Comitê Executivo Internacional*. Aprovado em 19-26 de maio de 1940. Disponível, em inglês, em: http://migre.me/mFKy5.**

Os historiadores do movimento operário brasileiro ainda não desenvolveram pesquisas acerca do PSR que sejam tão aprofundadas em termos de informações e documentação quanto as produzidas sobre as organizações que o antecederam – em especial a LCI. Entretanto, sabe-se que ele angariou o apoio de importantes personalidades – como a já citada Pagu, que rompeu com o PCB para se juntar aos trotskistas (sua carta de ruptura pode ser lida em http://www.ler-qi.org/Carta-de-uma-militante) – além de terem passado por suas fileiras algumas figuras que se tornariam intelectuais marxistas de relevo nos anos seguintes – como Florestan Fernandes e Maurício Tragtenberg.

Devido à atual insuficiência das informações disponíveis, ainda não se sabe com exatidão o que levou ao seu fim. É certo que o PSR passou por duros momentos de isolamento internacional após a ruptura de Mario Pedrosa, apesar de ter retomado contato no começo dos anos 1950. Em um documento aprovado pelo Terceiro Congresso da Quarta Internacional (1951), "*Latin America: Problems*

and Tasks", é mencionada a "seção reorganizada" do Brasil. Além das dificuldades em manter comunicações com o Secretariado Internacional após a saída de Pedrosa, o PSR parece ter passado por uma crise sem volta quando da ruptura entre pablistas e anti-pablistas na Quarta Internacional entre 1952-53.

Alguns anos depois (por volta de 1956), parte de seus membros, como Sacchetta e Tragtenberg, fundariam a Liga Socialista Independente, organização frequentemente caracterizada por historiadores como "luxemburguista", da qual também fizeram parte conhecidas figuras, como Paul Singer e Michael Löwy (atual dirigente do Secretariado Unificado). Em 1952, era fundado no país um novo grupo reivindicando-se trotskista – o Partido Operário Revolucionário, sob coordenação de Juan Posadas, então dirigente do Birô Latino Americano da Quarta Internacional. Esse, entretanto, já é outra página da história do trotskismo brasileiro, que teve lugar já sob o manto do revisionismo pablista.

Conclusão

O artigo do PSR foi originalmente publicado em 1945 sob a epígrafe *"A pedidos"*, no *Diário Carioca* – um periódico de grande circulação do Rio de Janeiro e que na época fazia oposição ao governo de Getúlio Vargas. Em suas oficinas, certamente trabalhavam alguns militantes do partido, seguindo a tradição do trotskismo brasileiro de ter forte inserção entre os trabalhadores gráficos e jornalistas. Não podemos saber ao certo, mas é possível que sua publicação tenha sido fruto de pressão da União dos Trabalhadores Gráficos, dirigida pelo PSR tanto no Rio quanto em São Paulo.

Ele se encontra na edição número 5.263, de 12 de agosto, sob o título *"O momento político e a posição do Partido Socialista Revolucionário"*. Sua transcrição e atualização ortográfica foi realizada pelo Reagrupamento Revolucionário a partir de um exemplar disponível no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Ao que nos parece, tal artigo encontrava-se esquecido, pois não encontramos referências a ele mesmo em pesquisas de historiadores especializados no movimento trotskista brasileiro.

Cabe ressaltar que existe uma tradução de tal artigo para o inglês disponível já há alguns anos na *Encyclopedia of Trotskyism Online* (https://www.marxists.org/history/etol/). Essa versão foi originalmente publicada em abril de 1946 em *Fourth International* (revista teórica do SWP norte-americano), v. 7, n. 4, sob o título "The Political Situation in Brazil", com algumas modificações em relação à versão original em português.

Sem a pretensão de termos esgotado as questões que cercam a existência do PSR, fica a nossa modesta contribuição à história do movimento operário brasileiro e à memória dos nossos antepassados programáticos, dos quais podemos tirar importantes lições para nossas lutas presentes.

ALGUMAS INDICAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, F. e KAREPOVS, D. *Na contracorrente da História–Documentos da Liga Comunista Internacionalista (1930-1933)*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- ALMEIDA, Miguel Tavares de. "Os trotskistas frente à Aliança Nacional Libertadora e aos levantes militares de 1935" *in Cadernos AEL: trotskismo* (v. 12, nº. 22/23). Campinas: Unicamp/IFCH/AEL, 2005, p. 83-117.
- CASTRO, Ricardo Figueiredo de. "Os intelectuais trotskistas nos anos 30" *in* REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *Intelectuais, história e poder (séculos XIX e XX)*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2000, p. 137-152.
- FERREIRA, Pedro Roberto. "O Brasil dos trotskistas (1930-1960)" *in Cadernos AEL: trotskismo* (v. 12, nº. 22/23). Campinas: Unicamp/IFCH/AEL, 2005, p. 11-58.
- NETO, José Castilho M. *Solidão Revolucionária – Mário Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

"A pedidos"

O momento político e a posição do Partido Socialista Revolucionário

Originalmente publicado no Diário Carioca*, n. 5.263, de 12 de agosto de 1945.*

O povo brasileiro mal começa a afastar as sombras trevosas da longa noite do Estado Novo.

Compelida por fatores de ordem interna e, sobretudo, por motivos de ordem internacional, a ditadura aparentemente capitulou. Estão marcadas para 2 de dezembro do ano em curso as eleições presidenciais e para as Câmaras.

Num desentorpecimento moroso, porém progressivo, todas as camadas populares principiam a mobilizar-se para o pleito eleitoral, deixando, contudo, entrever ainda certo desinteresse e ceticismo. O vírus totalitário, inoculado pela camarilha pré-fascista de Getúlio Vargas, não logrou, todavia, eliminar de vez a consciência política das massas populares do Brasil. Dia a dia, afloram para a vida partidária ativa novos setores.

O proletariado brasileiro, de tão gloriosas tradições de luta e alvo mais golpeado pela fúria totalitária do getulismo, que o sangrou pela miséria crescente e o

Algumas figuras "ilustres" do marxismo brasileiro que foram membros e dirigentes do PSR (da esq. para a dir.): Herminio Sacchetta, Florestan Fernandes, Maurício Tragtenberg, Patrícia Galvão (Pagu).

paralisou com recursos terroristas e de demagogia social, demonstra – embora ainda confuso sobre o itinerário a empreender – decisão de retomar seu curso histórico interrompido pelo golpe de 10 de novembro [de 1937].

As forças políticas em campo

Agrupamentos políticos de várias colorações ideológicas, representando interesses econômicos os mais diversos, começam a proliferar por todo o país. Deles, três correntes principais, pelo seu valor quantitativo, ocupam o cenário brasileiro: duas disputam a presidência da República e representações parlamentares e a terceira declara-se, antes de mais nada, pela convocação da Assembleia Nacional Constituinte.

Agrupam-se em torno da legenda do Partido Social Democrático, os adeptos francos e aparentes do general Gaspar Dutra, ministro da Guerra, considerado candidato situacionista à presidência da República [ao final, foi Dutra o candidato eleito]. Não obstante a sua heterogeneidade, dado o caráter de nossa economia e a imaturidade histórica da classe burguesa brasileiras, as forças que integram a corrente dutrista representam o que de mais nitidamente reacionário há entre os detentores dos meios de produção no Brasil. Reúnem-se sob a bandeira do P.S.D. o industrialismo e o grande comércio nacional em sua expressão mais acabada (os Sres. Roberto Simonsen, Matarazzo, Euvaldo Lodi, Gastão Vidigal, Brasilio Machado Neto, etc.) – o grupo industrialista de tendências abertamente protecionistas e com ligações mais estreitas com o imperialismo inglês.

Aparentemente, todo o aparelho estatal, através das interventorias [modelo implementado por Vargas para controlar os governos estaduais], forma igualmente ao lado do general Gaspar Dutra.

Bem mais heterogênea pelo seu conteúdo econômico-social que a primeira facção, a "União Democrática Nacional" constitui um amálgama da burguesia rural (PRP [Partido Republicano Paulista], PRM [Partido Republicano Mineiro], com os Sres. João Sampaio, Julio Prestes, Alberto Whately, Artur Bernardes, etc.), e das classes médias remanescentes do "tenentismo" (como Jurací Magalhães, José Américo, Manuel Rabelo, Virgilio de Melo Franco, Miguel Costa, Eliezer Magalhães, etc.), comércio médio e setores da pequena burguesia urbana de tendências radicais no campo das reformas sociais: União Democrática Socialista, Movimento Libertador, Intelectuais franco-atiradores, etc. – a chamada "esquerda democrática", de inclinações socializantes. Mal grado a presença "circunstancial" de fortes núcleos de latifundiários, o conteúdo econômico-social desse agrupamento determina e revela, como traço dominante em sua expressão programática, tendência liberal tanto no campo econômica, manifestada pelo não-intervencionismo estatal e pelo livre-cambismo, como no plano político, expressa pela concessão de liberdades públicas e democracia operária (liberdade sindical e direito de greve). Na esfera internacional mantém laços mais chagados com o imperialismo norte-americano, principal consumidor de nossos produtos agro-pecuários e matérias primas – fornecendo, em troca ao Brasil, capitais e produtos mecano-faturados.

Extremamente mais complexa que as duas correntes anteriores, apresenta-se a que se poderia denominar "prestista-queremista". Muito embora esteja bem distante de possuir "unidade orgânica absoluta", engloba tendências que, com "objetivos próprios", visam centralmente, por mais que o procurem dissimular, o afastamento das eleições presidenciais. Seus chefes manifestos são Luis Carlos Prestes, líder do stalinismo no Brasil, e o ditador Getúlio Vargas. Se as molas internas da posição de Prestes encontram sua explicação mais em fatores internacionais que nacionais (manobras da diplomacia de Stalin, para conseguir-se governos "amigos", relações de comércio, etc.), a posição de "apaziguadores" dos dirigentes do Partido Comunista do Brasil, que lutam pela "ordem" e pela

solução "pacífica e unitária" da crise brasileira, com a mão estendida a uma imaginária "burguesia progressista", finca raízes por mais estranho que possa parecer – na mesma base bonapartista da ditadura pré-fascista de Getúlio Vargas. Como até há pouco a ditadura se situava "acima" dos grupos políticos beligerantes para manter a "ordem" e proteger a propriedade, pretendendo desempenhar papel de árbitro, assim, agora, Prestes e seus seguidores ex-comunistas abandonam, totalmente, o campo da luta de classes, em busca de um "desenvolvimento pacífico da humanidade" por eles idealizado – e abandonam, igualmente o internacionalismo, como inútil, em face da "cooperação crescente das grandes potências". Com sua posição de equidistância das candidaturas e com o seu semi-alheiamento da luta presidencial, reivindicando em primeiro lugar a convocação da Assembleia Constituinte, "com Vargas e comparsas ainda no poder", Prestes revela o caráter bonapartista de sua política e efetiva "na prática", um bloco do PCB com os remanescentes do Estado Novo. Não é por mera casualidade que a posição de Prestes hoje se confunde quase inteiramente com o bonapartismo pré-fascista de Getúlio Vargas. A ideologia termidoriana de Stalin, que promoveu a degenerescência do Estado Operário Russo, projeta-se sobre todas as antigas seções da defunta III Internacional. Daí a razão de Prestes levar os ex-comunistas do Brasil, com algumas exceções, a essa posição de nacional reformismo bonapartista, condensada no programa lido em São Januário e preterido, com acentuada nota demagógica, para "todo o povo" de São Paulo no Pacaembu. O bonapartismo prestista, com sua obsessão "anti-golpista" e "apaziguadora", recorre ao mesmo arsenal da demagogia social de que lançou mão Getúlio para justificar o golpe de 1937, visando defender a dominação de classe da burguesia contra a agitação eleitoral de seus próprios partidos políticos. Se, com essa posição, leva água ao moinho da ditadura que, como aparelho estatal, tudo tentará fazer para sobreviver, é verdade, também, que Prestes tem objetivos próprios nacionais-reformistas, que procura realizar com a participação de sua tendência "num governo de confiança nacional". Na órbita externa esse governo atenderia às aspirações de sobrevivência da casta burocrática que domina a Rússia, hoje em acentuada regressão nacionalista, promovida pelos senhores do Kremlin.

As razões porque, não obstante essa criminosa política de colaboração de classes, o PC do Brasil vem conquistando certo prestígio de massas, residem no profundo atraso político de certos setores do proletariado brasileiro, entravado em sua formação ideológica nestes últimos quinze anos, pela linha nefasta da defunta III Internacional e pela demagogia totalitária do Estado Novo; de outra parte porque mais do que comunismo, as camadas pequeno-burguesas e largos setores "plebeus" vêem em Prestes o radicalismo democrático do antigo prestismo da Coluna [Prestes-Maia, principal destacamento do 'tenentismo"], que se confunde com suas limitadas aspirações de hoje.

Pouco difere a base de massas do "queremismo" [setor que defendia a permanência de Vargas na Presidência] da de Prestes. Com exclusão do setor do prestismo que acompanha Prestes por nele entender estar o símbolo do comunismo, trabalhadores e intelectuais que antes da libertação do chefe do PC do B. seguiam Getúlio Vargas com o apoio dissimulado que hoje os stalinistas emprestam ao "queremismo", se integram praticamente numa só corrente "prestista-queremista", que pode desaguar num "golpe branco", tomando a forma de "governo de confiança nacional".

Os discursos – plataforma de Prestes

Mesmo ao mais bisonho dos marxistas, àquele cujo conhecimento da doutrina de Marx e Engels não vai, ainda, além do "ABC do Comunismo", as teses defendidas por Prestes em seus discursos devem ter soado como as teorias de Paracelso a um discípulo de Saddy ou Ashton.

Seria ultrajante aos próprios "socialistas humanitários" do século XVIII estabelecer-se um paralelo analógico entre suas ideias e as do "líder nacional".

O falso radicalismo pequeno-burguês do chefe do P.C.B. não consegue sequer mascarar o abandono total do marxismo pelo antigo capitão da "Coluna Prestes". As fontes de sua linha geral são visíveis. A orientação "tático-estratégica" do P.C.B. emana da afirmativa de Stalin de que "terminou o período de guerra, e começou o período do desenvolvimento (!) pacífico". Essa constatação do mágico do Kremlin bastou para que seus satélites no mundo todo se apressassem em lançar ao desvão das coisas imprestáveis até mesmo a fraseologia pseudorrevolucionária.

Para Prestes, a crise brasileira só encontrará solução justa através de uma União Nacional pela "colaboração sincera (!) e leal (!) de todos os verdadeiros (!) patriotas, sem distinção de categoria social, ideologias políticas e credos religiosos". E, agora a justificação "teórica", pela natureza dos problemas brasileiros que "são problemas da revolução democrático-burguesa": a solução desses problemas "interessa, sem dúvida, ao proletariado, que em países como o nosso sofre muito menos da exploração capitalista do que da insuficiência do desenvolvimento capitalista." A extensão dessas ideias de colaboração de classes ao domínio internacional, leva o orador de Pacaembu a dividir o capital financeiro, isto é, o imperialismo, em colonizador e benéfico. Torna-se evidente, pois, que com tal ordem de ideias, que nem mesmo encontram amparo nos mais servis reformistas da II Internacional, o Sr. Luiz Carlos Prestes se atole no pântano da colaboração com a ditadura, a qual dá "apoio franco, aberto e decidido" na sua "marcha para a democracia e enquanto assim proceder", porque a "prática verdadeira (!) e sincera (!) da democracia é coisa das mais necessárias em nossas terras".

Dos arroubos líricos de Prestes sobre **União Nacional, verdadeira democracia, capital estrangeiro benéfico, partido comunista de todos** (céticos, agnósticos, ateus, católicos, etc.), o proletariado consciente, formado

na escola do marxismo, só pode ser levado a uma conclusão: o chefe do P.C.B., mais do que um revisionista da teoria revolucionária de Marx, Engels, Lenin e Trotsky, é um renegado do socialismo. Não cabe aqui justificar com textos dos mestres do socialismo científico o que afirmamos. Basta para isso a simples leitura do "Manifesto Comunista" de 1848, ou então do "Imperialismo, última etapa do capitalismo" e "O Estado e a Revolução" de Lenin.

O idólatra da "ordem" e da "solução efetiva, **sem maiores choques e atritos**, dos graves problemas econômicos e sociais da hora que atravessamos" finge ignorar que na sociedade capitalista a "ordem" sempre significa a submissão do proletariado à classe dominante e que as soluções "sem maiores choques e atritos não podem deixar de ser senão as soluções **impostas** pelos detentores das fábricas e das terras aos seus escravos assalariados. Suas declarações místicas em torno da democracia nada tem a ver com o conceito marxista desse regime, em que a "escravidão assalariada é o quinhão do povo".

Prestes ignora, ou finge ignorar, que os leninistas, sempre que lutam pela república democrática, o fazem apenas porque nela veem a melhor forma de governo **sob o sistema capitalista**, sem perder de vistas que esse regime é o que mais meios proporciona ao proletariado para este atingir o socialismo, e que jamais constitui para a classe avançada **um fim em si**.

A União Nacional "de todos os verdadeiros (!) patriotas sem distinção de categoria social, ideologias políticas e credos religiosos", preconizada pelo "caudilho", é a hipertrofia colaboracionista de tática de **Frente Popular**, de tão trágicas consequências para o proletariado espanhol e francês. Mais do que a Frente Popular, a União Nacional apaga de vez as delimitações de classes no Estado burguês, o que quer dizer, subordina sem restrições o proletariado ao aparelho burocrático-policial da dominação capitalista. **União Nacional** implica abandono da luta de classe, que redunda, na prática, na entrega dos trabalhadores de punhos e pés atados aos donos das fábricas e das terras.

O apelo aos "verdadeiros patriotas" feito pelo "guia" dos stalinistas, não pode ser dirigido às massas operárias urbanas e rurais. Só quando o proletariado se apodera do Estado é que passa a ter uma pátria a defender. Surge nele, então, o sentimento de patriotismo revolucionário, que não deve ser confundido com o nacionalismo chauvinista da burocracia soviética. Por ora, pertencem às classes dominantes os "verdadeiros patriotas" do Brasil.

O Partido Comunista apresenta-se hoje como partido de "todos". Nisso, também, o pensamento de Prestes não se eleva um milímetro de um vulgar "populismo", agravado pelo caráter da época em que ressurge. Igualmente, a esse respeito, de nada valem ao líder do P.C. os ensinamentos do leninismo sobre a natureza do "partido do proletariado" – organização rigorosamente da classe operária, estruturada por uma ideologia materialista e ateia. Como não podia deixar de ser, a mentalidade pequeno-burguesa e colaboracionista do chefe projeta-se no plano organizatório, plasmando uma contrafação de partido comunista, que se esboroaria ao primeiro choque decisivo que viesse a travar com a burguesia.

Não é de outro teor a consistência das ideias econômicas de Prestes, na "política prática". Quando não contorna as questões que mais afligem o proletariado, como a carestia da vida, o pauperismo, as condições de trabalho, indicando "soluções" genéricas que não podem ser entendidas pelas massas trabalhadoras, ou se abre em desbragada demagogia nociva à classe operária, ou descamba para fórmulas primárias, rejeitadas como inócuas até pelos economistas burgueses.

Desconhecendo ou fingindo desconhecer a lei do desenvolvimento desigual do capitalismo na esfera nacional e internacional para afagar a sua idealizada burguesia "progressista" industrial, poupa esta voraz devoradora de "lucros extraordinários", desfechando o furor de sua crítica sobre os latifundiários. Sem dúvida, está no primeiro plano das transformações radicais porque deve passar o Brasil a questão da distribuição das terras. Porém, não nos moldes indicados pelo "chefe nacional". Se a experiência revolucionária mostra que em determinadas condições o problema agrário pode e deve ser apresentado no plano da "legalidade burguesa", isto não significa que deva ser desfigurado, por contingências de adaptação ao Estado capitalista em seus objetivos finais: "a revolução agrária". Se não se pretende disseminar confusão na mente das massas trabalhadoras rurais, deve-se, dentro dos quadros do regime burguês, desfraldar a reivindicação de confisco das propriedades territoriais que passem de certa extensão, variável segundo as regiões.

Ainda assim, a expropriação, sem indenização, das grandes glebas, não pode apresentar-se desvinculada de outras medidas de caráter revolucionário como o controle operário da produção.

Reivindicações dessa ordem não são, porém, lançadas arbitrariamente. Impõem-se condicionadas por determinada conjuntura econômico-política, quando a relação das forças sociais começa a manifestar-se favorável ao proletariado.

No entanto, o obsessivo menchevismo nacional-reformista de Prestes o leva a reduzir a questão agrária brasileira ao problema da criação de "mercados internos", para o desenvolvimento da sua idealizada burguesia "progressista"... Desprezando as fecundas experiências das lutas camponesas da história, e, impelido por seu entranhado oportunismo, o lendário capitão apresenta, para um dos mais vitais problemas brasileiros, uma solução utópica e reacionária.

As vociferações de Prestes contra os "trotskistas"

A doutrina de Prestes nada tem, pois, de comum com o marxismo leninismo. As consequências de sua renúncia teriam efeitos bem menos nocivos se o famoso capitão o confessasse de público. Não o faz, porém. E, assim, se torna um mistificador do proletariado.

nevusp.org

Comício do Pacaembu: Prestes sobe ao palanque junto ao ditador Getúlio Vargas, para apoiar sua campanha eleitoral

Para mascarar a capitulação diante da burguesia, e o jogo combinado que trava com a ditadura, o líder stalinista cobre de insultos todos quantos lhe denunciam o oportunismo. Os marxistas revolucionários, que qualificam com o termo próprio a política colaboracionista do P.C.B: *Traição*. E os intelectuais de esquerda e a oposição "liberal", que lhe exprobram o apoio ao ditador Getúlio Vargas e ao Estado Novo.

O orador da "festa" do Pacaembu, com a imprudência do mentiroso consciente, envolve sob o mesmo rótulo de *trotskistas* os socialistas revolucionários – discípulos de Lenin e Trotsky – e a esquerda da pequena burguesia, que nada tem de comum com o marxismo. E as críticas às suas palavras, "ordeiras e seguras", às suas posições falsas, que deram novo alento à ditadura, o "caudilho" as chama de "provocações a serviço do fascismo". A "canalha trotskista", para esse "Füher" semicolonial, não são unicamente os marxistas da mesma escola de Lenin e Trotsky, que, fiéis à teoria dos chefes do bolchevismo, não procuram ludibriar o proletariado com colaboração de classes e patriotismo pequeno-burguês; que apontam às massas populares o caminho da luta sem quartel contra a ditadura getuliana e todas as demais formas de despotismo; que não veem na burguesia brasileira nenhuma fração "democrático-progressista"; que não dissimulam seu objetivo final, o *comunismo*, através da ditadura do proletariado, apoiado no semiproletariado rural e no campesinato pobre, e que declaram abertamente, sem rebuços, que só pela via da *luta de classes* e de *internacionalismo* o proletariado poderá minorar esta miséria presente e, quando as condições econômico-politico-sociais o permitirem, libertar-se definitivamente dos grilhões da escravidão capitalista. Para Prestes, a "canalha trotskista" abrange, igualmente, os intelectuais da pequena burguesia socialista que, embora anti-trotskista, lutam honestamente contra o ditador Vargas e seus comparsas e por uma *democracia formal*.

Lançando num mesmo saco marxistas revolucionários – que se orgulham de ter tido em suas fileiras um militante proletário da envergadura de Leon Trotsky, cujo papel histórico e ensinamentos marxistas as vociferações caluniosas jamais lograrão destruir – e pequenos burgueses radicais ou liberais oposicionistas, dedicados a desmantelar a ditadura burocrático-policial do usurpador do [Palácio do] Catete, o chefe do P.C.B. visa atemorizar a estes últimos, forçando-os a silenciar a crítica a seu oportunismo desastroso. Nisso, também, Prestes se utiliza dos métodos de seu "aliado" de hoje que, até há pouco, chamava de *comunistas* a quantos ousassem se opor à *totalização* do Brasil.

Berre, pois, o Sr. Luiz Carlos Prestes, contra os "trotskistas", que a ditadura e a burguesia *em conjunto* se alegrarão.

A posição dos socialistas revolucionários

Os marxistas revolucionários rejeitam como falsa e de traição deliberada a perspectiva do "desenvolvimento pacífico" da sociedade, iniciado, seguindo Prestes e seu mestre, com a derrota militar do fascismo.

Aos ex-comunistas de defunta III Internacional com seus Stalin, Togliatti, Browder, Galagher e consortes, coube, desta vez, ao fim de uma segunda chacina imperialista, descobrir o processo de "adaptação do capitalismo" que os Bernstein, Briand, Millerand, e companhia anunciaram quando se encerrou a matança de 1914-18.

Os reformistas de nossos dias, em sua volúpia "apaziguadora", estão se precipitando. A destruição dos bandidos nazi-fascistas não só, nem remotamente, tem algo que ver com a abolição dos antagonismos entre o proletariado e a burguesia, como em nada reduzirá as contradições de interesses entre os vários grupos imperialistas.

Que não se deixe iludir a classe operária, com a vitória dos trabalhistas ingleses [Labour Party] ou com a participação dos comunistas de "fachada" nos governos burgueses de coalizão. A burguesia sabe defender-se. Ela concede com a mão esquerda o que pretende tomar, em dobro, com a direita. A participação dos falsos esquerdistas no poder é o "consolo" dado pelo capitalismo ao proletariado e às massas populares, que saem mais miseráveis do que nunca desta guerra. É, também, o recurso de que se servem as classes dominantes, a fim de evitar "explosões" revolucionárias.

Os reformistas da defunta III Internacional, em sua ânsia conservadora, de "soluções pacificas e unitárias", se antecipam, com suas teses de "desenvolvimento pacífico", a uma pouco provável nova estabilização relativa do sistema capitalista. Mas, com seu descarado e cínico oportunismo, "de fato, para ela concorrem". Pregam a "paz social". Sufocam os movimentos grevistas e insurrecionais. Promovem ou endossam todos os novos acordos imperialistas.

Esses valetes do capitalismo, representados no Brasil por Prestes, poderão desempenhar, provisoriamente, como já sucedeu em outras situações históricas, o papel de médico-de-cabeceira do moribundo. Contudo, o efeito de sua terapêutica é precário. Porque o doente agonizante não tem mais salvação.

As duras e terríveis derrotas impostas ao proletariado mundial pelas classes dominantes, nestes últimos vintes anos, "em consequência das traições de sua antiga

vanguarda – a III Internacional", não podem deixar de fazer sentir suas consequências nos dias presentes. Mas, em virtude de sua própria missão histórica, o proletariado tem limitadas possibilidades de recuperação.

Com esta guerra, a burguesia mundial não deu solução a um só de seus problemas, ao contrário, agravou-os extremamente. As massas populares europeias, empobrecidas ou esfomeadas, já se defrontam com o inverno, em condições da economia do Velho Mundo mortalmente desorganizada. As reações anti-capitalistas da classe operária, agora ainda inseguras e confusas, poderão assumir, sob a direção da nova vanguarda que se cristaliza – a "IV Internacional" – proporções tais, que autorizem o inicio de novo ciclo de revoluções proletárias pela instauração do "Socialismo".

Contudo, se sólidas perspectivas há nesse rumo, as massas trabalhadoras e sua legítima vanguarda – os marxistas revolucionários – ainda se encontram distantes dele.

No Brasil, é hora de batalhas defensivas de retaguarda, "contra a miséria crescente e pela democracia operária".

No curso de escaramuças de classe pela "reconquista e fortalecimento dos sindicatos", hora sob controle de uma burocracia corrupta a serviço do Ministério do Trabalho e da polícia; de arremetidas por aumento de salário mínimo, como base, e por uma escala móvel dos salários; por melhores condições de trabalho, pela constituição e direito de existência legal dos "Comitês de fábricas, fazendas e quartéis"; pela organização e manutenção de seus "partidos" e "jornais proletários", a classe operária readquirirá e ampliará a confiança em suas próprias forças, desenvolverá sua consciência de classe, delimitando, com rigor e precisão, seu próprio campo e o de seus inimigos.

Esse plano de lutas parciais, posto em execução, rearticulará as forças operárias, unificará suas fileiras, forjará o exército do trabalho para as "batalhas decisivas da vanguarda", contra o "Capitalismo" e pelo "Socialismo".
O proletariado não deve deixar-se envolver pela embriaguez eleitoral. O voto, que, para os reformistas e oportunistas de quaisquer colorações, constitui a panaceia para todos os males sociais, para a classe operária não passa de um instrumento acessório de luta política. Pode e "deve" ser utilizado como recurso auxiliar, particularmente na conjuntura econômico-política em que se encontra o Brasil. Mas deve ser exercido como outra "afirmação" de consciência de classe.

As sereias eleitoreiras de todos os agrupamentos se voltarão agora, com redobrada hipocrisia e novas e sedutoras promessas, para as massas populares, requestando-lhes os votos.

Pusemos à mostra o conteúdo político, econômico e social das três mais poderosas correntes que se apresentam, "legalmente" para disputa das urnas:

O "Partido Social Democrático", utlrarreacionário, efetivamente continuador legal do Estado Novo, e aglutinador do que há de mais conscientemente contrarrevolucionário do fascismo e semi-fascimo brasileiros, até às oligarquias do passado.

A "União Democrática Nacional", popularizando as oposições liberais, em conjunto "conservadora", com tinturas democráticas, que lhe são emprestadas pela "ala esquerda" formada pelo radicalismo pequeno-burguês.

O "prestismo-queremismo", de composição mais popular pelo predomínio nele do Partido Comunista do Brasil, que especula com os anseios socialistas do proletariado, mas que, "na prática", se situa mais "à direita" que as oposições burguesas, prestando-se ao jogo da ditadura em seus esforços de sobrevivência, quer por um possível "golpe branco", quer pela indicação não menos possível do nome do ditador às eleições presidenciais.

Esse quadro político é, ainda, passível de recomposição. Representa, porém, em suas linhas gerais, as tendências dominantes da situação brasileira.

Nenhuma destas candidaturas à presidência da Republica, pelas suas origens de classe e pelas forças sociais que as plasmaram, deve merecer a confiança do proletariado urbano e rural, do campesinato semiproletário e pobre. Mais do que o pleito presidencial, que não obstante, "pode" constituir uma etapa, o que interessa ao povo brasileiro, "em seu conjunto", é a convocação de uma "Assembleia Constituinte", eleita por sufrágio universal, direto e secreto.

Nenhuma fé supersticiosa nutrimos pelas "virtudes" das eleições burguesas, como, também, quase nada pode esperar o proletariado de parlamentos constituídos dentro dos quadros do Estado Capitalista. Todavia enquanto as relações das forças sociais se mostrarem desfavoráveis às massas operárias, não lhes é permitido substituir, no poder a burguesia historicamente já falida, desta deve arrancar a maior soma de liberdades democráticas, a fim de se organizar livremente e se educar revolucionariamente. É só nesse sentido que lutamos por eleições livres, e por uma Assembleia Nacional Constituinte, em que a voz do proletariado de vanguarda possa se fazer ouvir.

Frente única da ação

Em sua luta pela conquista de "democracia operária" (liberdade de associação sindical e partidária, liberdade de imprensa para os trabalhadores, etc.) o "Partido Socialista Revolucionário" declara-se disposto a marchar em frente única com todas as forças democráticas e socialistas do campo pequeno-burguês, bem como, "através de atos concretos", com a oposição liberal voltada "agora" contra o Estado Novo, principal inimigo, na presente etapa da democracia proletária, por que os marxistas revolucionários lutam dentro do regime burguês.

Essa frente única "dinâmica de ação", não implica no compromisso de renunciarem os socialistas revolucionários à sua autonomia organizatória e à crítica de ideologia de seus aliados "circunstanciais" e deve manifestar-se, desde já, em atos concretos pela conquista das aspirações mais sentidas pelas massas populares. No plano eleitoral, pode

atingir a forma de um acordo técnico, para conjugação de forças socialistas e radicais, sob uma legenda comum.

Os socialistas revolucionários declaram-se dispostos a lutar, ombro a ombro, com quantos o estejam "efetivamente" também, contra as manobras ditatoriais visando impedir as eleições, o que, "de fato", redundaria na restauração das formas terroristas do governo com que o Estado Novo se sustentou até princípios de 1945.

Reivindicações imediatas

Entendemos que, como "objetivos imediatos", o proletariado e as massas populares têm à sua frente as seguintes tarefas:

1º) Derrubada do Estado Novo e consequente abolição da "Constituição" de 1937, com todos os seus apêndices. Convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, eleita por sufrágio universal, direto e secreto, extensivo a todos os maiores de 18 anos, aos praças e aos analfabetos.

2º) Liberdade de associação político-partidária sindical e cultural; liberdade de imprensa. Reconhecimento de existência legal dos organismos de locais de trabalho (comitês, grupos sindicais, seções partidárias, etc.).

3º) Irrestrito direito de greve.

4º) Elevação dos salários mínimos em 50% com a incorporação do abono e adoção da escala móvel de salários em correlação aos artigos de consumo. O salário, com o mínimo estritamente assegurado, segue, assim, o movimento dos preços.

5º) Supressão do Tribunal de Segurança e dissolução das polícias políticas e especiais.

6º) Escala móvel de horas de trabalho, "sem redução dos salários de oito horas", tendo em vista as perspectivas de desemprego em futuro próximo. Seguro contra o desemprego.

7º) Melhora da legislação trabalhista e consequente revogação de todas as leis fascistas nesse domínio. Extensão de legislação trabalhista aos trabalhadores rurais.

8º) Melhora das pensões e aposentadorias, assegurando-se aos aposentados e beneficiários o recebimento integral dos salários, que devem acompanhar o movimento da escala móvel. Unificação dos Institutos e Caixas [previdenciários] e entrega da direção aos trabalhadores.

9º) Abolição dos impostos indiretos e confiscação dos lucros extraordinários, como uma das formas de luta "efetiva" contra a crescente carestia da vida.

A tarefa estratégica dos socialistas revolucionários não consiste em reformar o capitalismo, mas em suprimi-lo. Torna-se evidente, pois, que as reivindicações acima capituladas não constituem nosso "programa de transição", já dado a público, e muito menos nosso programa máximo. Representam um corpo de aspirações "mínimas" e imediatas do proletariado e das massas populares, para cuja conquista no todo ou em parte o P.S.R. chama a classe operária à luta e as organizações socialistas e populares "à frente única de ação".

Todo movimento reivindicatório ativo, na hora que passa, transforma-se em golpes acertados contra a ditadura e seus sustentáculos.

Tanto mais asseguradas estarão as eleições quanto mais o proletariado e as demais camadas do povo nelas interessadas se mobilizarem em ações concretas contra o Estado Novo e pelos seus interesses mais imperiosos.

Rio de Janeiro, julho de 1945.

O Comitê Central do Partido Socialista Revolucionário.
(Seção Brasileira da Quarta Internacional)

Continuação da p. 36

guerra imperialista e o advento da transição pacífica ao socialismo. Apesar de o XX Congresso ter sido bem recebido por diferentes partidos comunistas onde o oportunismo estava cristalizado, quadros dirigentes e intermediários em todo o mundo saíram em defesa do Socialismo e de Stálin na maior luta ideológica da história."
– O desvio de direita no Partido Comunista do Brasil – Parte I. **AND n. 17, de março de 2004.**

Em relação ao Brasil, encaram que a "Declaração de Março de 1958" foi a responsável pela degeneração definitiva do PCB. Os maoístas apontam que:

"as siglas PCdoB e PCB, bem como outras como PCR, PCML, PPS, PSB, isso para não falar do leque de organizações trotskistas, fundem-se num programa único, cujos fundamentos estão expressos e desenhados na 'Declaração de Março de 1958', primeira síntese do revisionismo kruschevista e contemporâneo em nosso país. Toda decrepitude que atingiram essas diferentes siglas que se reivindicam comunistas, socialistas e revolucionárias e cuja expressão maior e mais evidente é o papel desempenhado pelo PCdoB, nada mais é do que a concretização, em seus últimos termos, da declaração acima referida".
— Décadas do predomínio do revisionismo e a necessidade do partido marxista-leninista. **AND n. 88, de abril de 2012.**

Os autointitulados "antirrevisionistas" reivindicam (criticamente) a batalha interna de quadros do PCB, como João Amazonas, Pedro Pomar e Maurício Grabois e sua ruptura de 1962, que originou o PCdoB, afirmando o caráter "revisionista" da política adotada pelo PCB desde então:

"Um abismo separava comunistas e revisionistas desde a preparação do V Congresso do PCB, realizado em

Daily Mail

'FILTHY IMPERIALIST!' [“Imperialista imundo!”]

> 1960, onde os revisionistas encabeçados por Prestes saem vitoriosos consagrando as teses oportunistas e contrarrevolucionárias, sob o manto kruschevista do anti-stalinismo. O Partido Comunista passa a pregar o colaboracionismo aberto com a burguesia, num servilismo nunca antes visto em sua história.”
>
> **— *O desvio de direita no Partido Comunista do Brasil – Parte I.* AND N. 17, de março de 2014.**

Entretanto, os maoístas omitem a ligação entre as posições oportunistas do PCB e de outros Partidos Comunistas e aquelas adotadas na mesma época (assim como em todo o período precedente) pela liderança de Stalin e pelo Partido Comunista da União Soviética por ele liderado, como se estes estivessem em mundos completamente diferentes. Essa leitura falsa é feita para encaixar com a análise que o maoísmo fez da história da União Soviética, segundo a qual foi apenas a partir do XX Congresso do PCUS e da publicação do *Relatório Kruschev* que o “revisionismo” teria vencido a suposta “ortodoxia”, levado ao abandono dos princípios revolucionários e provocado a restauração do capitalismo na URSS (que teria se tornado um país “social-imperialista” como num passe de mágica).

A linha formulada pela burocracia russa teria então sido difundida ao redor do mundo, transformando o que os maoístas chamam de “movimento comunista internacional” (a Internacional Comunista já havia sido dissolvida por ordem do próprio Stalin) em um mero braço da diplomacia externa “revisionista” da URSS. Dessa forma, a política dos partidos comunistas teria se tornado uma moeda de troca nas negociações traiçoeiras do Kremlin com a burguesia imperialista e suas sucursais nacionais.

Mas para os trotskistas, defensores dos princípios marxistas que desde 1924 já se colocavam de forma organizada em oposição à deturpação do bolchevismo pela direção do PCUS e pela Internacional Comunista estalinizada, as posições kruschevistas pós-XX Congresso não foram nenhuma novidade. Na verdade, elas possuem uma ligação íntima com as posições formuladas por Stalin e seus seguidores.

Para os maoístas de AND, seria fatal reconhecer a verdadeira origem de tal “revisionismo”. De acordo com sua caracterização, apenas nas décadas de 1950-60 o PCB havia se desviado definitivamente do caminho revolucionário que supostamente vinha seguindo. Isso os faz enxergar na fundação do PCdoB o resgate (parcial) do “PCB das origens”, a partir da crítica ao “revisionismo kruschevista” e do seu alinhamento com o Partido Comunista Chinês liderado por Mao Tse-tung. Entretanto, se fossem coerentes com suas críticas às posições-chave dos “revisionistas”, perceberiam que a maior parte das posições que criticam em Kruschev (pacifismo e disposição em coexistir com o imperialismo, conciliação de classes, adaptação à democracia burguesa, etc.) são uma *continuidade direta* das posições desenvolvidas por Stalin. Ao defender o legado deste, precisam incorrer em falsificações e silêncios gravíssimos – caso contrário, seriam forçados a reconhecer que o stalinismo é que é um revisionismo em relação às posições Bolcheviques.

Stalin: pai e precursor do “revisionismo moderno”

Os maoístas dizem combater a tese kruschevista da “coexistência pacífica” da URSS com o imperialismo, conforme delineada no XX Congresso do PCUS. Essa tese defende que:

> “Para fortalecer a paz em todo o mundo teria uma importância enorme o estabelecimento de firmes relações de amizade entre as duas maiores potências: a União Soviética e os Estados Unidos da América. Consideramos que, se as relações entre a URSS e os Estados Unidos se baseassem nos conhecidos cinco princípios da coexistência pacífica, isso teria uma importância enorme para toda a humanidade e, como é natural, seria tão benéfico para o povo dos Estados Unidos como para os povos da URSS e dos demais países. Estes princípios — respeito mútuo da integridade territorial e da soberania, não-agressão, não-ingerência nos assuntos internos de outros países, igualdade e vantagens mútuas, coexistência pacífica e colaboração econômica — são hoje compartilhados e apoiados por uns vinte países.”
>
> **— N.S. Kruschev, *Informe sobre a Atividade do CC do PCUS ao XX Congresso do Partido*, março-junho de 1956.**

Mas não é verdade, como defendem tão apaixonadamente os supostos “antirrevisionistas”, que essa tese contrarrevolucionária da “coexistência pacífica” entre a URSS e as potências imperialistas tenha sido criação de Kruschev. Vejamos, por exemplo, duas reveladoras entrevistas concedidas pelo suposto “grande dirigente comunista Josef Stalin” (conforme o chama AND) após o término da Segunda Guerra Mundial.

Em dezembro de 1946, o jornalista Elliott Roosevelt entrevistou Stalin no Kremlin. Entre as doze perguntas feitas, consta a seguinte, seguida de uma resposta que os maoístas de AND deveriam caracterizar como intrinsecamente "revisionista" caso fossem coerentes em seu balanço da história do movimento comunista:

> "Entrevistador: Você acredita que é possível para uma democracia como a dos Estados Unidos conviver neste mundo ***de forma pacífica*** lado a lado com uma forma comunista de governo como a da União Soviética, e ***sem tentativas de qualquer uma das partes em interferir com os assuntos políticos internos da outra?***
> "Stalin: ***Sim, é claro.*** Isso não é apenas possível. É também sábio e inteiramente dentro das possibilidades de concretização. Nos momentos mais enérgicos da guerra, as diferenças nas formas de governo não impediram as nossas duas nações de se unirem e exterminarem nossos adversários. ***É ainda mais possível continuar essa relação em tempos de paz.***"
> **— *Entrevista com Elliott Roosevelt*, 21 de dezembro de 1946. Tradução e grifo nossos.**

Em outra ocasião, no ano de 1947, o jornalista Harold Strasser perguntou a Stalin se era possível que os sistemas dos EUA e da URSS, um "com o Partido Comunista e sua economia planejada e propriedade coletiva socializada" e o outro "com seu mercado livre e com capitalismo privado regulado", pudessem "existir juntos no mesmo mundo moderno, ***em harmonia um com o outro***". Ao que Stalin respondeu de forma bem direta:

> "***É claro que eles podem.*** A diferença entre eles não é importante para a questão da cooperação. Os sistemas da Alemanha e dos Estados Unidos são os mesmos, mas a guerra eclodiu entre eles. Os sistemas da URSS e dos EUA são diferentes, mas nós não travamos uma guerra entre nós, e a URSS não propõe algo assim. Se eles puderam cooperar durante a guerra, porque eles não podem fazê-lo hoje, sob a paz, dado o ***desejo por cooperação***? [...]".
> **— *Entrevista com Harold Stassen*, 09 de abril de 1947. Tradução e grifo nossos.**

Portanto, para aquele a quem AND considera um expoente da ortodoxia revolucionária era não só possível,***como desejável***, que as conquistas da Revolução de Outubro (a coletivização dos meios de produção e a supressão da anarquia de mercado via planejamento) convivessem ***de forma harmônica e pacífica*** com a escravidão assalariada, a "democracia" dos ricos e a penúria e sofrimento de milhões de proletários ao redor de todo o globo. Lenin tinha uma visão bastante diferente sobre a possibilidade de coexistência do regime soviético com o imperialismo. Em 1920, ele escreveu:

> "Nós passamos agora da arena da guerra para a arena da paz e nós não nos esquecemos de que a guerra virá novamente. Enquanto o capitalismo e o socialismo permanecerem lado a lado, ***nós não podemos viver pacificamente – um ou o outro vencerá no final***. Um obituário será lido ou sobre a morte do capitalismo mundial ou sobre a morte da República Soviética. No atual momento, nós temos apenas uma pausa na guerra!"
> **— *Escritos, Vol. XVII.* 27 de novembro de 1920. Grifo nosso.**

Não à toa, a Internacional Comunista fora dissolvida em 1943 pelos carrascos stalinistas. Não porque ela "cumprira seu papel" ou porque "a maior complexidade e diversidade da situação política e das tarefas em cada país já não correspondiam aos métodos e formas existentes", como afirmam os maoístas ***(Vitória sobre o nazi-fascismo, Conferência da Mantiqueira e as ilusões constitucionais,* AND N. 82, outubro de 2011*)***. O motivo foi que a existência de um instrumento internacional que antes amedrontara todos os burgueses da face da terra (ainda que depois de ser corrompido pela burocracia stalinista) se colocava enquanto verdadeiro empecilho para a política externa diplomática do Kremlin.

Conforme demonstram as declarações de Stalin, seu representante-mor, os burocratas soviéticos estavam mais preocupados em tentar garantir a manutenção de seus privilégios via *conciliação* com as potências imperialistas do que interessados na emancipação das classes oprimidas pelo capital. E ainda assim, esses senhores possuíam a pachorra de se reivindicarem "herdeiros" dos Bolcheviques que, durante os primeiros anos da república dos *soviets*, estavam dispostos a colocar em risco até mesmo a conquista do poder na Rússia caso isso permitisse expandir mundialmente a revolução proletária.

Foi essa linha ***pacifista*** a nível internacional frente ao inimigo imperialista, ***formulada pelo próprio Stalin***, que determinou a linha da ala prestista do PCB, caracterizada pela AND enquanto "revisionista". Essa ala nada mais estava fazendo do que defendendo uma expressão nacional do pacifismo e da colaboração de classes propagado pela diplomacia externa de Moscou.

Colaboracionismo aberto com a burguesia

Um dos mais infames pontos da Declaração de Março de 1958 do PCB, criticada pela AND, é a "Frente única e a luta por um governo nacionalista e democrático" em aliança com a burguesia brasileira para supostamente combater o imperialismo:

> "O proletariado e a burguesia se aliam em torno do objetivo comum de lutar por um desenvolvimento independente e progressista contra o imperialismo norte-americano. Embora explorado pela burgue-

telegraph.co.uk

Mao e Kennedy: contra o "revisionismo" do Kremlin, a aliança com o colosso imperialista.

> sia, é do interesse do proletariado aliar-se a ela, uma vez que sofre mais do atraso do país e da exploração imperialista do que do desenvolvimento capitalista. Entretanto, marchando unidos para atingir um objetivo comum, a burguesia e o proletariado possuem também interesses contraditórios.
> (...)
> "Um governo nacionalista e democrático pode ser conquistado pela frente única nos quadros do regime vigente e aplicar uma política externa de independência e de paz, assegurar o desenvolvimento independente e progressista da economia nacional, tomar medidas em favor do bem-estar das massas, garantir as liberdades democráticas."
> — ***Declaração sobre a Política do PCB*, março de 1958.**

Como já havíamos apontado em nossa introdução ao artigo dos trotskistas brasileiros do PSR, os maoístas dizem combater a política de "união nacional" das supostas "forças progressistas", o que implicam uma aliança com a burguesia nacional (a qual na realidade não é capaz de nenhum desenvolvimento "progressivo" para os trabalhadores e camponeses):

> "Com a Declaração de Março de 1958, ficará clara a unidade entre as posições de Barata e de Prestes. Barata [membro do Comitê Central do PCB] defendia a necessidade de 'lutar para dar à nossa Pátria um governo nacionalista, democrático e progressista, que seja a expressão das forças integrantes de um amplo movimento patriótico'. Na Declaração de Março de 1958, esta questão aparece da seguinte forma: 'A derrota da política do imperialismo norte-americano e de seus agentes internos abrirá caminho para a solução de todos os demais problemas da revolução nacional e democrática no Brasil'. Isto para estabelecer um 'governo nacionalista e democrático' através da conquista de espaços, da luta pacífica e das eleições."
> — ***A cisão de 1962 e a luta pelo partido marxista-leninista.* AND n. 84, de dezembro de 2011.**

Mas os stalinistas começaram a propor governos de colaboração com a burguesia muito antes de 1956 (ou 1958) e do suposto advento do "revisionismo moderno". Essa é a essência da política de "Frente Popular" desenvolvida pelos partidos da Internacional Comunista depois do flerte esquerdista do "Terceiro Período" (1929-34). Uma das principais tarefas do movimento da classe trabalhadora nessa época era esmagar a ameaça do fascismo que se colocava em muitos países. Os trotskistas defendiam uma política de unidade das forças do movimento operário em uma forte campanha para derrotar os bandos fascistas de forma independente da burguesia.

A aplicação da política de frente única, nos moldes da tática aprovada no III Congresso da Internacional Comunista, permitiria enfrentar a escória fascista em unidade com os operários socialdemocratas, anarquistas ou sem filiação partidária ao mesmo tempo em que se expunha o reformismo ou a vacilação oportunista das suas lideranças. Isso não só alcançaria a defesa dos direitos políticos dos trabalhadores como também forneceria aos comunistas a experiência política e autoridade necessárias para uma futura ofensiva contra o Estado burguês.

Enquanto na época do "Terceiro Período" os stalinistas insistentemente se recusaram a ***qualquer tipo*** de unidade na luta com outras organizações do movimento operário (a teoria de que os partidos socialdemocratas eram "social-fascistas"), depois do choque da chegada de Hitler ao poder na Alemanha, a *Comintern* passou a pregar a subordinação do movimento operário à democracia burguesa, priorizando a tentativa de alianças com setores burgueses para combater o fascismo – um verdadeiro giro de 180º.

O documento lido por Gregori Dimitrov e aprovado pelo VII Congresso da Internacional Comunista estalinizada (1935) o demonstra muito bem, ao defender que era uma prioridade para os Partidos Comunistas formar alianças políticas entre o movimento operário e partidos burgueses populistas, apontando que "*Sob certas condições, nós podemos e nós devemos* **focar nossos esforços** *na tarefa de trazer esses partidos e organizações, ou certas partes deles, para o lado da frente popular antifascista,* **apesar da sua liderança burguesa**." (Grifo nosso). Dimitrov também reivindicou o desejo de apoiar um "governo democrático e progressista" (burguês) na França:

> "E se na França o movimento antifascista levar à formação de um governo que irá travar uma verdadeira guerra contra o fascismo francês – não em palavras, mas em atos – e que irá carregar o programa das demandas da Frente Popular antifascista, os Comunistas, ao mesmo tempo em que permanecerão os adversários irreconciliáveis de todo governo burguês e defensores de um

governo soviético, irão, não obstante, em face ao crescente perigo fascista, ***estar preparados para apoiar tal governo***."
***— Relatório Principal ao VII Congresso da Internacional Comunista,* Gregori Dimitrov, 2 de agosto de 1935. Grifo nosso.**

Assim, quando Prestes e seus aliados no Comitê Central do PCB defenderam a aliança com Vargas e os setores supostamente "progressistas" da burguesia brasileira (conforme denunciado no artigo do PSR que reproduzimos), eles nada mais estavam fazendo do que sendo coerentes com a linha "antifascista" e "pró-democracia" (burguesa) delineada pela IC em seu último congresso, bem como com a declaração de Stalin no pós-guerra, de que era tempo de "convivência pacífica e harmônica" com o capitalismo.

Mas o relatório de Dimitrov foi apenas uma declaração tímida da disposição dos stalinistas em sustentar a ordem burguesa. Vejamos esse discurso do dirigente do Partido Comunista Espanhol, José Dias, proferido ao CC de tal partido em meio à situação revolucionária no país e publicado em 1937 no órgão da Internacional Comunista – portanto, aprovado e endossado por sua liderança supostamente revolucionária. Nele, Dias defende a renúncia à ditadura do proletariado e à expropriação revolucionária da burguesia e latifundiários, em nome de uma luta "ampla" em prol da democracia burguesa parlamentar e em unidade com os patrões "progressistas", colocando assim limites definidos à luta e classes no Estado Espanhol:

> "Estamos vivendo na Espanha um estágio de desenvolvimento da *revolução democrática*, cuja vitória exige a participação de todas as forças antifascistas e esses ensaios [de 'socialização' de fábricas e terras] só podem servir para assustar e afastar essas forças. (...) Estas posições anteriores explicam como o fato de não se haver compreendido claramente o caráter de nossa luta está levando organizações e partidos simpáticos ao nosso a adotarem atitudes extremistas que em nada beneficiam a causa do povo, pois ao invés de nos levar rapidamente à vitória, entorpecem grandemente a conquista desta. A estas posições erradas correspondem esses ensaios prematuros de 'socialização' e 'coletivização'."
> (...)
> "Hoje, quando há um governo de Frente Popular, em que estão representadas todas as forças que lutam contra o fascismo, isto não é aconselhável, mas *contraproducente*. Agora, deve-se coordenar e intensificar rapidamente a produção, sob uma única direção, para abastecer toda a frente e a retaguarda. Persistir agora nesses ensaios vai contra os interesses que se disse defender. Lançar-se a esses ensaios prematuros de 'socialização' e de 'coletivização', quando ainda não está decidida a guerra, em momentos em que o inimigo interior, ajudado pelo fascismo exterior, ataca fortemente nossas posições e põem em perigo a sorte de nosso país, é absurdo e equivale a converter-se em cúmplice do inimigo. Tais ensaios revelam a incompreensão do caráter da nossa luta, ***que é a luta em defesa da república democrática, na qual podem convergir todas as forças populares, inteiramente necessárias para se ganhar a guerra.***"
> ***— Por la unidad, hacia la victoria. Valença, 05-08 de março de 1937.* Tradução e grifo nossos.**

Tais forças "populares" incluiriam os empresários e advogados do Partido Liberal no governo de coalizão burguês. Temos aqui um exemplo de como a Internacional Comunista de 1935 (dirigida pelo PCUS de Stalin) endossou a supressão da luta de classes em seu grau mais elevado, quando trabalhadores e camponeses armados lutavam pela expropriação da burguesia, em troca de um "governo de unidade nacional" (Frente Popular) com setores da burguesia. É preciso lembrar que, apesar da disposição de colaborar dos stalinistas, a maior parte da burguesia espanhola se aliou com os fascistas. A maior traição que um partido supostamente "comunista" pode realizar em uma época de revolução socialista, que é conciliar com os interesses da burguesia – a ponto de estar em um governo "unitário" com ela – tem suas origens não em Kruschev ou em "desvios" de Prestes, mas na própria política difundida pela *Comintern* de Stalin.

Artimanha maoísta: colocar toda a culpa nos capatazes de Stalin

Como a história não se submete às demandas políticas de *A Nova Democracia*, eles são forçados a reconhecer que posições oportunistas já existiam no seio do movimento comunista ***anteriormente*** ao XX Congresso do PCUS. No Brasil, elas teriam se expressado, por exemplo, na forma de um "liquidacionismo" à época da Conferência da Mantiqueira (1943), responsável por refundar o PCB após este ter sido desarticulado pela repressão varguista posterior a 1935.

Segundo a leitura dos maoístas, nessa época "*o PCB é tomado pela falsa ideia de que, com a situação de vitória sobre o fascismo e a atmosfera democrática criada com o fim da guerra, abrira-se a possibilidade para uma transição pacífica no mundo*" e, assim, sua "*nova direção cairá nas ilusões constitucionais e lançará a palavra de ordem 'Constituinte com Vargas'*" (posição essa que apenas os trotskistas brasileiros do PSR combateram na época). Da mesma forma, apontam que:

> "O balanço superficial de 1935, tomado como um erro de tipo golpista, e a entrada do Brasil na guerra levam a direção do PCB a mudar a caracterização do governo Vargas, passando a considerá-lo um

> representante da ala 'progressista' da burguesia nacional, sendo um aliado da classe operária e cabendo ao partido apoiar setores progressistas no governo através da política de 'União Nacional'."
> ***— Vitória sobre o nazi-fascismo, Conferência da Mantiqueira e as ilusões constitucionais.* AND N. 82, outubro de 2011.**

Internacionalmente, os maoístas encaram que esse revisionismo vinha se mostrando em diversos dirigentes dos Partidos Comunistas pelo mundo. Dão particular destaque ao dirigente do Partido Comunista dos Estados Unidos de 1934 até 1945, Earl Browder, ao dizer que "*Nele já estavam contidos os principais elementos do revisionismo moderno, que logo foi desenvolvido por Tito na Iugoslávia, Togliatti na Itália, Thorez na França, sendo finalmente sistematizado por Kruschev no XX Congresso do PCUS, em 1956*".

É inegável o papel cumprido por Browder na liderança do PC americano. Ele propôs uma "transição pacífica" do capitalismo ao socialismo, defendeu a supressão de greves contra o governo americano que fossem atrapalhar o esforço de guerra imperialista, apoiou o governo Roosevelt, defendeu as tropas americanas na guerra contra outras potências (como o Japão), dissolveu o partido numa frente de cunho pacifista, etc. Mas AND tenta apagar a responsabilidade de Stalin, como se todas essas posições tivessem sido invenção de Browder. A crítica feita a Prestes e a Browder, por exemplo, parece ignorar o fato de que estes eram representantes da Internacional Comunista controlada pelo dirigente soviético. Vejamos um exemplo da crítica feita por AND a Prestes e ao PCB nos anos 1940:

> "Já em 1944 o PCB substitui a consigna revolucionária de 1935 de 'Todo poder à ANL' pela oportunista de ***'União Nacional na Paz e na Guerra'***. A mesma de Browder, logo substituída por ***'União Nacional para a Democracia e o Progresso'***."
> ***— Vitória sobre o nazi-fascismo, Conferência da Mantiqueira e as ilusões constitucionais.* AND N. 82, outubro de 2011. Grifo nosso.**

Agora comparemos as palavras de ordem de Prestes e de Browder com aquela defendida por Stalin no mesmo ano. Em novembro de 1944, quando a guerra estava acabando na Europa, Stalin teve uma conversa particular com o líder do PC Francês, Thorez (outro dirigente que é acusado por AND de ser um "precursor" do revisionismo) na qual o aconselhou a "encontrar aliados" na burguesia francesa (sobretudo na figura do Partido Radical) para "fortalecer a democracia na França" e reconstruir o país em bases capitalistas:

> "Deve haver uma plataforma para a organização política. Essa plataforma deve incluir a recuperação da indústria, dar trabalho aos desempregados, a defesa da democracia e a punição daqueles que tentem sufocar a democracia.
> "Então o camarada Stalin diz que não é útil chamar tal bloco de 'frente'. Nesse caso, o nome poderia lembrar a burguesia da 'frente popular'. Deve-se achar outro nome. Talvez pudesse se chamar ***'Movimento para Fortalecer a Democracia na França'***. Se alguém disser 'Movimento de Luta pela Democracia', eles poderiam responder que já existe uma democracia na França, que há uma República, etc. Talvez fosse melhor chama-lo de ***'Movimento pela Reconstrução de uma França Forte e pelo Fortalecimento da Democracia'***. Esse nome certamente é um pouco longo, mas os comunistas franceses podem eles próprios achar um nome melhor. O camarada Stalin explica que ele está apenas dando uma ideia, mas que os comunistas franceses podem achar as formas concretas da realização da plataforma desse movimento. ***Diz o camarada Stalin que se deve incluir acima de tudo a reconstrução econômica do país e a consolidação da democracia***. A plataforma deveria ser explicada nesse quadro."
>
> ***— Notas de uma conversa de J.V. Stalin com o Secretário Geral do CC do Partido Comunista Francês camarada Thorez*, 19 de novembro de 1944. Tradução e grifo nossos.**

A semelhança entre as tarefas colocadas por Stalin e por seus capatazes nacionais não era mera coincidência. É verdade que as posições pacifistas de Prestes estavam em consonância com aquelas de Browder, mas não é menos verdade que as posições deste, assim como as de Thorez, Togliatti e Cia. estavam alinhadas com as instruções do próprio Stalin. ***Isso faz cair por terra o mito maoísta de que existiu um movimento revisionista no interior dos Partidos Comunistas sem que Stalin nada tivesse a ver com isso!***

Além disso, uma série de pontas permanece solta na versão maoísta dos fatos. Por exemplo, à época em que teria se expressado "pela primeira vez" o "revisionismo moderno" de Browder, a Internacional Comunista ainda existia. Acaso houve alguma batalha interna entre uma ala supostamente "marxista-leninista" alinhada ao "grande dirigente comunista Josef Stalin" (conforme o chama AND) e esse revisionismo propagado por Browder e outros?

A resposta é ***não***. Browder só perdeu seu posto de dirigente do PC americano ***após*** o fim da guerra (1945), quando o governo norte-americano começou a "caça às bruxas" e rompeu assim a lua de mel firmada pelos stalinistas durante o conflito mundial. Diante dos conflitos internos que envolveram o PC americano em 1945, foi vantajoso para a liderança da *Comintern* colocar sobre Browder a culpa por todos os oportunismos e erros, como uma forma de blindar a sua própria política de colaboracionismo. Mas

em 1940-44, enquanto Browder realizava acordos com o governo americano para impedir que ocorressem greves operárias contra o "aliado" imperialista da URSS, e dava apoio eleitoral a Roosevelt, Browder contava com o pleno apoio da liderança soviética.

A própria dissolução organizativa do Partido Comunista realizada por Browder em 1944, na forma de uma "Associação Política Comunista" com o objetivo de deixar claro para a classe dominante americana que eles não seriam um problema, teve como precedente a dissolução (no ano anterior) da Comintern, feita com a mesma intenção. Uma vez removido da liderança, Browder foi substituído por William Foster, escolhido por ser um antigo dirigente comunista e fiel seguidor da linha de Stalin. Como forma de deixar claro para uma ala esquerda do PC que a mudança na direção não implicava nenhuma mudança de linha política, Foster publicou um artigo na revista do partido onde afirmava:

> "De acordo com esses camaradas, nós estamos em via de (ou deveríamos fazer isso), denunciar a guerra contra o Japão como imperialista, condenar as decisões [da Conferência] de Teerã como inatingíveis, abandonar a palavra de ordem pela unidade nacional [com o governo Roosevelt], chamar por um governo operário-camponês, desistir do compromisso de não fazer greve durante a guerra (...), levantar a questão do socialismo como um assunto imediato, e adotar de forma geral uma política de classe contra classe (...) ***Nosso partido, até onde sei, não irá seguir por um curso esquerdista como esse.***"
>
> **— Citado em *O Mito do "Revisionismo Browderista", Workers Vanguard* No. 129, 15 de outubro de 1976. Originalmente publicado em *Political Affairs*, setembro de 1945. Tradução e ênfase nossas.**

De forma que, ou Stalin deu plena sustentação e autoridade a esses líderes oportunistas, precisamente porque estes seguiam a política que era ordenada desde Moscou, ou então o dirigente soviético era um fantoche ingênuo que não tinha a menor ideia do que se passava na política dos Partidos Comunistas pelo mundo. Somente alguém disposto a acreditar em contos de fadas poderia escolher a segunda alternativa.

No artigo do PSR que recentemente reproduzimos, os trotskistas brasileiros criticam de forma bem direta a política de paz com o imperialismo, e mostram como ela era ditada desde Moscou por Stalin e sua camarilha. Esse artigo data de muitos anos antes da ruptura de Grabois, Pomar e Cia. reivindicada pelos maoístas e, conforme os trotskistas brasileiros de então apontaram, tal política não era invenção da "ala prestista" do PCB, mas baseada na ideia absurda de "desenvolvimento pacífico" após a derrota das potências fascistas. Prestes e Cia. apenas seguiam à risca a política de Moscou:

> "O falso radicalismo pequeno-burguês do chefe do P.C.B. não consegue sequer mascarar o abandono total do marxismo pelo antigo capitão da 'Coluna Prestes'. As fontes de sua linha geral são visíveis. ***A orientação 'tático-estratégica' do P.C.B. emana da afirmativa de Stalin de que 'terminou o período de guerra, e começou o período do desenvolvimento (!) pacífico'.*** Essa constatação do mágico do Kremlin bastou para que seus satélites no mundo todo se apressassem em lançar ao desvão das coisas imprestáveis até mesmo a fraseologia pseudorrevolucionária."
>
> **— *O momento político e a posição do Partido Socialista Revolucionário*, julho de 1945. Originalmente publicado no Diário Carioca. Ênfase adicionada.**

LEIA TAMBÉM

Materiais históricos e polêmicas que expressam nossa análise acerca da natureza social da União Soviética e as tarefas dos revolucionários diante das contrarrevoluções capitalistas de 1989-91:

- A Contrarrevolução Triunfa na URSS (TBI, 1991);
- O Rubicão Soviético e a Esquerda (TBI, 1992);
- Os stalinistas e a contrarrevolução (TBI, 1994);
- Uma Explicação Marxista Sobre o Fim da URSS (RR, 2009).

As origens do revisionismo no velho PCB

Muitas das posições criticadas pelos maoístas de AND na política do PCB após a Segunda Guerra – fundamentalmente, de uma aliança com a burguesia e da defesa de um período de desenvolvimento capitalista antes de se lutar pelo socialismo – tanto não eram um “novo revisionismo” em relação ao período anterior, como desde cedo se expressaram no programa do partido.

Os primeiros anos do PCB foram marcados por uma grande heterogeneidade interna, fruto das origens de muitos de seus militantes no anarquismo e também da ausência de um movimento marxista prévio (diferentemente, portanto, de muitos países europeus que tiveram partidos socialdemocratas revolucionários). Não tardou, entretanto, para se consolidar um grupo dirigente já influenciado pelo stalinismo.

Data de 1924 o primeiro documento de fôlego do PCB que buscou analisar a realidade brasileira e traçar uma estratégia para os revolucionários. *Agrarismo e Industrialismo: Ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil*, escrito por Octávio Brandão e endossado pelo então dirigente Astrogildo Pereira continha uma lógica dualista totalmente estranha à dialética marxista, opondo campo e cidade, “agrário” e “moderno”, para defender uma política de aliança com setores supostamente “progressivos” da burguesia brasileira, junto aos quais se promoveria a “revolução democrático-burguesa” no país. Com isso, visava-se instalar um longo período de desenvolvimento capitalista que desse cabo do “caráter feudal” da economia nacional, apenas ao fim do qual seria então possível uma revolução de caráter socialista.

Tal documento, não obstante seu autor ter caído em desgraça dentro do partido alguns anos depois por conta de picuinhas intraburocráticas, assentou as bases para a estratégia etapista e a lógica dualista que marcaria profundamente as posteriores lideranças do partido (mais afinadas com o stalinismo propagado desde Moscou) e também uma série de intelectuais brasileiros. Apesar de seus ziguezagues, que acompanhavam as mudanças de linha da *Comintern*, o PCB desde esse momento se pautou fundamentalmente por essa estratégia etapista. Nem mesmo após o golpe de 1º de abril de 1964, que recebeu amplo apoio político e logístico da burguesia industrial brasileira, o PCB abandonou seu intento de fazer tal aliança, buscando negar a realidade que teimava em confrontar seus esquemas teóricos vulgares.

Para a intelectualidade crítica do país, levou cerca de quase quatro décadas para romper definitivamente com o dualismo emanado pelas análises do PCB. Entretanto, data de 1931 a crítica dos primeiros trotskistas a esse documento, escrita por Mario Pedrosa e Lívio Xavier sob o título *Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil*. Logo cedo o Partido Comunista foi tomado pela linha etapista, cada vez mais alinhada com a política de colaboração de classes da *Comintern* de Stalin, e contra qual foram os trotskistas os primeiras a se insurgirem – primeiro como “fração externa”, depois como organização adversária (para mais acerca da história desses primeiros trotskistas brasileiros e as transformações pelas quais passaram suas organizações, ver a já mencionada introdução que escrevemos ao artigo do PSR por nós recuperado).

Os maoístas consideram acertada a política do PCB de impulsionar a Aliança Nacional Libertadora, e discordam da “autocrítica” feita pelo partido nos anos seguintes. Mas a ANL que os maoístas reivindicam tão ardentemente era uma frente ampla entre o PCB e intelectuais, que abertamente almejava angariar apoio da suposta burguesia nacional que seria oposta ao latifúndio e ao imperialismo – e que, na realidade, nunca existiu. Além do caráter extremamente prematuro da tentativa de tomada do poder realizada pelos stalinistas em Pernambuco, o programa que estes defendiam sequer colocava a perspectiva de um poder da classe trabalhadora. O PCB apresentava a ANL enquanto uma frente “antifascista” e “pró-democrática” capaz de congregar os interesses da massa dos trabalhadores com “parte da burguesia nacional não vendida ao imperialismo”:

> “Esta é a tarefa gigantesca da Aliança Nacional Libertadora, que [se] apresenta aos olhos de todo o Brasil, como a única organização realmente nacional, única organização onde os verdadeiros interesses do povo de cada Estado coincidem com os idênticos objetivos que congregam, em todo o Brasil, de norte ao sul, de este a oeste, os lutadores contra o imperialismo e os trabalhadores de todo o país, juntamente com a parte da burguesia nacional, não vendida ao imperialismo, serão capazes de, através de um governo popular revolucionário anti-imperialista, acabar com esse regionalismo, com a desigualdade monstruosa que a dominação dos fazendeiros e imperialistas impôs ao país.”
> **— *Manifesto da Aliança Nacional Libertadora*, 5 de julho de 1935.**

Não à toa, seu programa se limita a conclamar a “nacionalização dos serviços públicos mais importantes” e apenas das empresas imperialistas “que não se subordinem às leis do governo popular revolucionário” (com a participação da burguesia) – ou seja, a propriedade privada dos meios de produção da burguesia nacional permaneceria intacta. Conforme afirmaram à época os trotskistas brasileiros, muito mais lúcidos do que os tardios críticos maoístas de AND:

> “Pretender, ao contrário, como a Aliança Nacional Libertadora, pretender lutar contra o imperialismo ***sem lutar contra a burguesia nacional***, pretender extinguir o imperialismo no território nacional sem abolir a propriedade privada, sem transformá-la em propriedade socialista, é caminhar para um fracasso certo ou,

apenas, favorecer o imperialismo de uma potência em detrimento de outras."

—*A luta contra o imperialismo.* **A Luta de Classe, n. 22, abril de 1935. Citado em "Os trotskistas frente à Aliança Nacional Libertadora e aos levantes militares de 1935", Cadernos AEL, v. 12, n. 22/23, de 2005.**

Portanto, aquilo que os maoístas de AND acusam tardiamente de "revisionismo moderno" na política traidora do PCB do pós-guerra nada mais era do que um aprofundamento lógico à direita das posições anteriores, de aliança com a classe dominante brasileira, que estavam em consonância com o verdadeiro revisionismo: aquele propagado pela vulgata que o stalinismo fizera do marxismo, defendendo uma estratégia etapista e colaboracionista de classes.

Conclusão

O balanço realizado pelos maoístas de AND, em consonância com aquele de tantos outros stalinistas supostamente "antirrevisionistas", não passa de uma leitura histórica ***falsificadora***, que busca esconder as políticas traiçoeiras de Stalin se utilizando do espantalho do chamado "revisionismo moderno" para jogar toda a responsabilidade pelo oportunismo do movimento comunista em Kruschev ou em capangas menores.

Enquanto é verdade que Kruschev defendeu de forma mais descarada a "transição pacífica ao socialismo", demonstramos de forma clara que Stalin e seus asseclas desde meados dos anos 1920 introduziram nos Partidos Comunistas as práticas de contenção da luta de classes ao nível da "democracia" formal para manter aliança com setores burgueses, nutriram ilusões na possibilidade de coexistência do Estado operário degenerado soviético com o imperialismo por tempo indeterminado ("socialismo em um só país") e pregaram a colaboração com governos burgueses, vistos como possíveis "aliados" do proletariado. Tais baluartes foram responsáveis pela traição de muitas situações potencialmente revolucionárias (principalmente na Revolução Espanhola, assim como na França, Itália e Grécia do pós-guerra), tendo se mostrado muito úteis em impedir uma luta efetiva pela revolução proletária. Essas posições não podem ser coerentemente combatidas e superadas sem um rompimento e uma denúncia aberta do "grande organizador de derrotas" (como Trotsky certa vez chamou Stalin).

Apesar de muitos elementos da política de colaboração de classes se fazerem presentes em grupos oportunistas que se reivindicam "trotskistas", os Bolcheviques-Leninistas autênticos sempre combateram a colaboração com o inimigo de classe do proletariado. É a tradição da Quarta Internacional (antes de sua destruição pelos revisionistas nos anos 1950) que aqueles militantes que realmente se opõem ao "colaboracionismo aberto com a burguesia" e à ideia de que pode haver "alas progressivas" das burguesias nacionais devem tomar como ponto de partida para a reconstrução de um partido revolucionário internacional. Diferente da degenerada tradição stalinista, a história do Bolchevismo-Leninismo é marcada por uma profunda coerência revolucionária, que deve ser estudada e absorvida por todos aqueles que tem interesse em um mundo radicalmente diferente e na luta pelo comunismo.

***

APÊNDICE

Breve comentário sobre alguns herdeiros do stalinismo no Brasil

O atual **PCB** foi refundado em 1992 como um pequeno grupo, depois que um antigo dirigente do partido, Roberto Freire, transformou a antiga estrutura na sigla eleitoral direitista PPS. O atual PCB tem se afastado progressivamente de certos aspectos do seu passado stalinista. No seu XI Congresso (1996), por exemplo, o partido finalmente colocou no papel que o caráter da revolução brasileira é *socialista*, e não democrático-burguesa, como defendeu por quase toda a sua existência, e vem reiterando tal constatação de forma cada vez mais vigorosa a cada novo congresso realizado, conforme pode ser visto lendo-se as respectivas resoluções políticas (disponíveis no site da Fundação Dinarco Reis – http://pcb.org.br/fdr) – especialmente aquelas adotadas pelo XIV Congresso (2009). O fato de essa constatação estar em contradição com posições do partido de apoio a governos populistas burgueses, como o venezuelano, é um assunto que pretendemos tratar em outra ocasião.

O interessante é que o PCB atual ainda luta para produzir um balanço coerente acerca dos ziguezagues do "Partidão" em seus 92 anos de existência. Muitas vezes, critica-se uma linha passada errada, de caráter etapista e colaboracionista de classes, mas tende-se a reduzir o erro à "incompetência política" do Comitê Central da época tratada, e não ao programa stalinista propagado pela burocracia do Kremlin, que orientou tal organização por muitas e muitas décadas. Exemplo recente é a "autocrítica" em relação à posição do PCB ante o golpe de 1964, na qual se critica os erros da direção do partido à época, sem estabelecer nenhuma relação política com a orientação stalinista que seguia o "Partidão" ***(O PCB e o golpe de 1964*, de 1 de abril de 2014. Disponível em** http://goo.gl/FOQ53F**).**

O **PCdoB**, por ter adotado de vez o caminho da sustentação do capitalismo, obviamente não está nem um pouco preocupado em buscar defender algum passado supostamente "marxista-leninista" do PCB. Seus parlamentares atualmente estão envolvidos em negociatas com o que há de mais podre da burguesia brasileira e o partido se dedica diretamente à administração do Estado, tendo levado às últimas consequências a lógica colaboracionista de classes e a aliança com a burguesia.

Já o atual **PCR**, até onde sabemos, não possui um balanço

histórico mais elaborado sobre a história do PCB (ao menos público). Mas ele se coloca como herdeiro da ruptura "antirrevisionista" de 1962, capitaneada por militantes como João Amazonas, Pedro Pomar e Maurício Grabois, que levou à fundação do PCdoB. Mais importante, se entende enquanto a continuação do PCR fundado em 1966, a partir de uma ruptura o PCdoB liderada por Manoel Lisboa com base em críticas ao regime e à política do PCdoB e da defesa de que o centro da revolução brasileira estava no Nordeste.

O antigo PCR acabou sendo desarticulado pela repressão estatal no início dos anos 1970. O grupo atual que reivindica seu nome e sua história surgiu em 1995, como cisão do nacionalista Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e, apesar de raramente discutir questões ideológicas mais profundas, reivindica também o período pré-1958 do PCB, quando começam a ecoar no partido as posições adotadas pelo XX Congresso do PCUS. Também defendem o alinhamento com o PC Chinês nesse período, mas depois da chegada de Deng Xiaoping ao poder na República Popular da China, passaram a reivindicar a linha do Partido do Trabalho da Albânia, liderado por Enver Hoxha. Para uma polêmica com a linha geral de tal organização, sugerimos a leitura do relato do camarada Pedro Abreu ***(Da experiência com o Estalinismo à escolha pelo Trotskismo*, de novembro de 2013. Disponível em** http://goo.gl/sDCaGD**).**

Por sua vez, os maoístas de AND também reivindicam, ainda que criticamente, a ruptura que levou à fundação do PCdoB em 1962 e do antigo PCR. Também se originaram na mesma ruptura com o MR-8 na década de 1990. Entretanto, enquanto que o atual PCR seguiu a orientação de Hoxha, os maoístas de AND se pautam pelas formulações da "Fração Vermelha" do Partido Comunista do Peru (o grupo "Sendero Luminoso") na figura de seu líder histórico, "Presidente Gonzalo". Este teria sido responsável por sintetizar os supostos "gigantescos aportes do Presidente Mao como maoísmo, como nova, terceira e superior etapa do desenvolvimento do marxismo", dando origem ao que chamam esdruxulamente de "marxismo-leninismo-maoísmo-Pensamento Gonzalo" ***(120 anos do nascimento do Presidente Mao Tse-tung, Núcleo de Estudos do Marxismo-leninismo-maoísmo, AND N. 124, de janeiro de 2014).***

☭

Os maoístas de A Nova Democracia e o mito do "revisionismo moderno"

Qual revisionista veio primeiro: Kruschev ou Stalin?

Marcio Torres, outubro de 2014.

johndclare.net

Nós do **Reagrupamento Revolucionário** publicamos recentemente um documento histórico da antiga seção brasileira da Quarta Internacional, o **Partido Socialista Revolucionário**. Na introdução que preparamos para tal material, afirmamos que *"A denúncia do PSR da política de colaboração de classes de Prestes coloca em cheque o balanço histórico que muitos stalinistas atuais fazem do PCB. Aqueles que imaginam alguma suposta integridade política do partido ao longo de sua história, ao se depararem com as críticas trotskistas feitas tanto pelo PSR quanto por seus predecessores, encontrarão sérias dificuldades em sustentar tal mito"* **(*Dos arquivos do trotskismo brasileiro – o Partido Socialista Revolucionário*, junho de 2014, na p. 16 desta edição).**

Das correntes que se reivindicam enquanto "herdeiras" do PCB, a maioria sequer faz questão de reivindicar um suposto passado revolucionário do partido (tamanha a sua degeneração) ou então não apresenta um balanço público coerente com o qual possamos dialogar (veja o **APÊNDICE** ao fim deste artigo). Dentre os stalinistas brasileiros, os que apresentam a análise mais elaborada acerca do passado do PCB são os maoístas agrupados em torno do jornal ***A Nova Democracia*** (AND) e que atuam em diferentes frentes políticas – a mais conhecida das quais é o Movimento Estudantil Popular Revolucionário (MEPR).

Os maoístas brasileiros dizem lutar para refundar um PCB "das origens", supostamente detentor de uma trajetória coerente e revolucionária e que teria sido destruído em meados da década de 1950 pelo que chamam de "revisionismo moderno". Através de suas publicações, eles apresentam *de forma retrospectiva*diversas críticas à direção do PCB no pós-Segunda Guerra, algumas das quais similares às realizadas pelos trotskistas brasileiros *na época*, como no artigo que publicamos em nosso Arquivo Histórico – fundamentalmente, a crítica do PSR à política pacifista e de colaboração de classes de "unidade nacional" com Vargas, em prol da "democracia" (burguesa) e do desenvolvimento do capitalismo "nacional".

Para AND, foi apenas com o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (1956), portanto após a morte de Stalin, que se consolidou uma linha ***pacifista*** e ***de conciliação de classes*** no seio do movimento comunista internacional, expressas em tais posições do PCB. O balanço que fazem do desenvolvimento do revisionismo sinteticamente encara que:

"O XX Congresso [do PCUS] aprovou teses sobre o término da

Continua na p. 26